



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

RESISTIR E FIXAR: A FORMAÇÃO DE NEGROS TERRITÓRIOS E SUAS
MANIFESTAÇÕES NA CIDADE DE RIO CLARO – SP.

Monique Marques de Faria

Prof(a).Dr(a). Carmen Maria Aguiar

Rio Claro (SP)

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

MONIQUE MARQUES DE FARIA

RESISTIR E FIXAR: A FORMACAO DE NEGROS
TERRITÓRIOS E SUAS MANIFESTAÇÕES NA CIDADE
DE RIO CLARO – SP.

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2011

NOME DO ALUNO

Monique Marques Faria

TÍTULO DO TRABALHO

Resistir e Fixar: a formação de negros territórios e suas manifestações na cidade de Rio Claro - SP

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

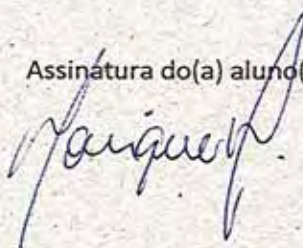
Profa Dra. Carmen Maria Aguiar (orientador)

Profa Dra. Bernadete Aparecida de Castor Oliveira

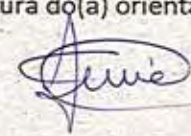
Prof. Dr. Afonso Antonio Machado

Rio Claro, 14 de dezembro de 2011.

Assinatura do(a) aluno(a)



assinatura do(a) orientador(a)



AGRADECIMENTOS

A minha família e amigos que desde o início acreditaram que esse sonho era possível. A minha avó que a cada dia me apresenta um novo exemplo de força, alegria e da enorme magia de se nascer mulher. A minha mãe, linda guerreira, que através de seu corpo me trouxe a esse mundo, cheia de esperanças, e sempre respeita meus sonhos e formas de viver a vida...sem você não seria o que sou hoje. Ao meu irmão que faz dos meus dias algo menos solitário, eterno companheiro de aventuras.

A todos e todas que me receberam. Aos que dividiram sonhos, quartos, cozinhas, risadas, lágrimas, caminhos, Amores...são tantos e tantas que fazem parte dessa caminhada Unespiana que não saberia contar, apenas sinto.

A Prof^a Fabiana que me auxiliou nos primeiros passos e leituras, a Prof^a Bernadete, grande amiga e inspiradora de minha jornada para as terras de Rio Claro, a tantas e tantos que me ensinaram e compartilharam durante todos esses anos. A minha querida orientadora que fez da universidade algo muito além da vida acadêmica, me possibilitou conhecer novos mundos fora e dentro de mim, gratidão eterna pela confiança e ensinamentos para a vida. Pessoas lindas que sempre me apoiaram e alimentaram meu sonho de pesquisa.

As minhas queridas Fulôres, amo imensamente cada uma de vocês, que sempre caíam flores pelos caminhos.

As horas inesquecíveis compartilhadas junto aos Taquaras, grande família que me proporciona construções e vivências muito além de toques e danças.

Ao Oro Ari...difícil colocar em palavras...são tantos sorrisos e descobertas, toques e passos, companhias únicas, saias, saias floridas, mulheres de saias floridas, tocadores e tocadoras, cantos, muitos cantos de vida e pés no chão, vida muita vida e vontade de viver, mas não simplesmente viver, sentir viver, olhar nos olhos e “segurar sua mão na minha para que juntos possamos fazer aquilo que eu não posso fazer sozinha” ... Amo! Gratidão por compartilhar e por inúmeras vezes compreender.

Aos mestres e mestras, gratidão pelos aprendizados e sabedoria. Aos meus irmãos de fé que compreenderam e torceram para que tudo corresse em paz. Aos Guias. E a todos que direta e indiretamente me auxiliaram nessa caminhada.

Cachuêra!

Sim, sou negro de cor
Meu irmão de minha cor
O que eu lhe peço é luta sim
Luta mais...
a luta esta no fim, Espero...

Cada negro de cor
Mais um negro virá
Para lutar com sangue ou não
Com uma canção também se luta irmão
Ouvi minha voz
Luta por nós

Luta negro demais
Luta negro demais

É lutar pela Paz, pela Paz
Luta negro demais
Para sermos Iguais

Para sermos Iguais, Só Isso.¹

¹ Vera Lucia Souza Santos – Abertura do Documentário Cultura Negra, produzido pelo grupo Kino Olho em 2010.

RESUMO

Este trabalho apresenta alguns dos territórios ocupados pela comunidade negra da cidade de Rio Claro no decorrer de sua história e verifica através das manifestações culturais suas interpretações, surgimento, desdobramento e atual utilização. A identificação das mudanças desses territórios se deu através da história oral, utilizando como base os pontos de vista e histórias da própria comunidade, revisão bibliográfica, coleta de dados *'in loco'* através da pesquisa e da observação participantes e utilização de recursos da rede mundial de informações. Ele se justifica pela importância de registrar informações fundamentais da história do território e espaço construída pela comunidade negra de Rio Claro, visto que sua maior parte, assim como em todo território brasileiro, não possui documentação e permanece viva na memória e nas histórias passadas dentro das comunidades, sendo assim cada vez que morre um ancião perdesse também parte da história de nosso país.

Palavras-Chave: Territórios. Cultura Negra. Manifestações Culturais.

ABSTRACT

This paper presents some of the territories occupied by the black community in the city of Rio Claro in the course of its history and check through their interpretations of cultural, emergence, unfolding and current use. The identification of changes in those territories was through oral history, building on the views and stories of their own community, literature review, data collection 'in situ' through research and observation of participants and resource utilization of the global network of information. It is justified by the fundamental importance of recording information in the history of the land and built space in the black community of Rio Claro, since the most part, as well as throughout the Brazilian territory, has no documentation and remains alive in the memory and the stories within the past communities, so each time you die an old man also lost part of the history of our nation.

Key Words: Territories. Black Culture. Cultural Manifest.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. A TRAVESSIA DO ATLÂNTICO	09
3. DO TRABALHO ESCRAVO A LIBERDADE: MANIFESTAÇÕES NEGRAS NA CIDADE DE RIO CLARO – SP	12
3.1 Em solo Rio-Clarense	15
3.2 Expressões Culturais	21
3.2.1 O significado do Tambu	26
4. NEGROS TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS DA GENTE NEGRA	29
4.1 Fazenda Mata Negra	32
4.2 Chácara dos Pretos	37
4.3 Quilombo da Cabana do Mato	43
4.4 Buraco Quente	46
4.5 Figueira de São Benedito	48
4.5.1 Festa de São Benedito	52
4.6 Largo São Roque (Antigo Buracão)	57
5. DA RESISTÊNCIA AO LUGAR: A MATERIALIZAÇÃO DA REIVINDICAÇÃO DO ESPAÇO NEGRO	59
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
BIBLIOGRAFIA	66

1. INTRODUÇÃO

Chegará o dia de podermos apresentar o seguinte quadro: que toda a cultura espiritual da humanidade se assemelha a uma única e gigantesca árvore, com seus galhos cobrindo todos os quadrantes do mundo, e que desta árvore nasceu um renovo após outro, um sistema depois outro, um estilo aqui, outro acolá -, porém nenhum fortuitamente ou por mero acaso. Reconhecer-se-á que os documentos destinados a fundamentar a história humana não se acham na cultura material, mas na espiritual.

Leo Frobenius

A palavra cultura é de origem latina, seu significado original está ligado às atividades agrícolas, vem do verbo COLERE, Cultivar. Os pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e a usaram para se referir ao refinamento pessoal, sofisticação, educação. Atualmente estudiosos buscam defini-la de diversas formas, para Santos, 1996, é o que caracteriza uma população humana, “uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. É uma construção histórica, é um produto coletivo da vida humana.” Pode ser vista ainda como “uma chave para a compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os homens”, Corrêa (2007, p.28), para este autor a cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos:

Quando as pessoas parecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem com os mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam o mesmo passado. (CORRÊA, 2007, p.28)

A sociedade brasileira é composta por grande diversidade decorrente da colonização, escravidão, migrações, entre tantos outros fatores que compõem a nossa história. Essa série de processos nos permitiu reunir povos, culturas, realidades, crenças em um mesmo território gerador de diversidades e inúmeras formas de influência. Dentre tantas irei me atentar a influência Africana, mãe de muitas de nossas manifestações.

O tráfico e o sistema escravista produziram efeitos destrutivos nos costumes africanos, porém a memória coletiva negra conseguiu encarnar-se no solo brasileiro. Preservou-se cultos de grande parte dos deuses africanos, ao mesmo tempo em que se

reinterpretam determinadas práticas e costumes através de inúmeras manifestações culturais. A capoeira, o candomblé, as irmandades religiosas, o Lundu, o Jongo, o Maracatu, o Tambu, as embaixadas dos reis Congos, o Samba de Lenço, o Samba, são exemplos dessas organizações. Pouco a pouco a herança africana se transforma em elementos culturais afro-brasileiros. Neste sentido afirma Brandão (1995, p.10) “as pessoas parecem que estão se divertindo”, disse, “mas elas fazem isso pra não esquecer quem são”.

Segundo Taunay, *História do café*, São Paulo, v. 7, p.445, citado por Renato Ortiz in *A morte branca do feiticeiro negro*, 1978 p. 23, em 1872 numa população de 9.930.478 habitantes, 1.510.000 eram escravos, isto é, 15,2% da comunidade brasileira. A abolição não foi nada mais que o reconhecimento legal de uma realidade social.

Além da abolição da escravidão, mestiçagem, imigração, outras mudanças ocorrem na estrutura sócio-econômica do país: a urbanização, a industrialização e a formação da sociedade de classes. A cidade torna-se aos poucos o pólo da decisão econômica e política. Qual é o lugar dos negros nessa nova sociedade? Ele se vê subitamente convertido a cidadão e é lançado ao mercado que pertence ao trabalhador livre.

O espaço da cidade se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória, a forma esmaga e se sobrepõe as emoções, coífa-se o homem e suas relações, suas obras e produtos lhe são subtraídos. Esta desigualdade espacial é produto da desigualdade e segregação social, a vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade.

Em Rio Claro houve grande concentração de mão de obra escrava decorrente das plantações de cana e café, potencializada por volta de 1840, com o início do plantio em larga escala de café no Oeste Paulista. Territórios negros foram se consolidando na cidade no decorrer da história, estes sempre relacionados à suas crenças e manifestações, espaços que possuem elementos simbólicos específicos, produtores de identidades. Com a chegada dos imigrantes e a expansão urbana, entre outros fatores, a comunidade negra sofre intensa perda desses territórios e conseqüente perda de referenciais.

Este trabalho tem como foco apresentar alguns desses territórios, relacionados à suas expressões culturais e constantes processos de (re)significação e adaptação. Utiliza-se como base relatos fornecidos por membros da comunidade negra, pois maior parte de sua história ainda encontra-se na oralidade, há poucos registros da memória dos negros em nosso país, fator que potencializa a necessidade de estudos nesta área.

2. A TRAVESSIA DO ATLÂNTICO

*“A civilização que sacrifica
povos e culturas antiqüíssimas
é uma farsa amoral”
Carlos Drummond de Andrade*

As primeiras expedições portuguesas de exploração da costa atlântica africana deram-se na primeira metade do século XV, seu principal objetivo era chegar à fonte de ouro comercializado pelos tuaregues e berberes no norte da África. Buscavam também o caminho para as Índias, a fim de romper com o controle de alguns comerciantes, em sua maioria italianos, e cumprir sua missão de propagadores do cristianismo. O rei de Portugal, ao atingir um grande poder imperial em torno de 1500, justificou o seu direito de se apossar de terras e subordinar populações com o argumento de disseminar o papel da igreja e conseqüentemente a mensagem de Cristo enquanto salvação eterna para todos.

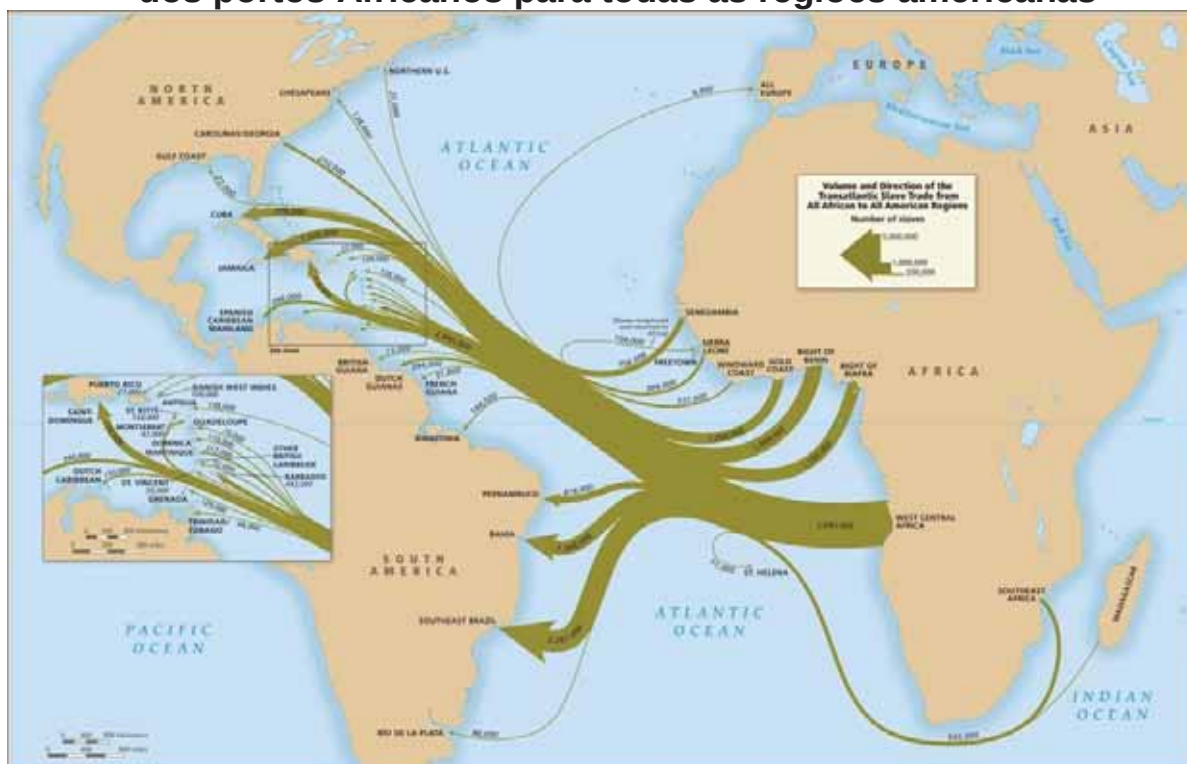
Durante o período das grandes navegações e das conquistas de terras e alianças, os portugueses seqüestravam pessoas que chegavam às praias, levando-as para os navios para serem vendidas como escravas. Com a venda dessa mercadoria, que nada custava, fruto de processos históricos, os exploradores e comerciantes pagavam suas expedições e quando possível conseguiam algum lucro. Por volta de 1450 se substituí os ataques por contatos amistosos, foram construídos fortes e centros de comércio e armazenamento de escravos no litoral africano, com a proteção de locais.

Entre 1520 e 1870, durante 350 anos, várias regiões da África forneceram escravos para a América. O tabaco, o algodão, o ouro e diamantes das minas, o açúcar e mais tarde o café foram todos produzidos pelo trabalho de escravos africanos em nossas terras, o que viabilizou a exploração colonial do continente. O regime escravista na América existiu graças ao comércio de escravos, que se instalou valendo-se do interesse de comerciantes europeus por essa mercadoria tão especial, a mais valiosa da época.

“O paradoxo da inclusividade exclusiva cobra então seu preço; pessoas começam a caçar pessoas, mataram-nas em grandes números, exterminam hordas e tribos inteiras, vendem-nas e compram-nas, utilizam-nas como

brinquedos sexuais, adestram-nas para a realização de trabalhos pesados e lhes dificultam em grau maior ou grau menor, quando não, impossibilitam a transmissão de sua língua, mitos e rituais à nova geração, *prolem*.” (SLOTERDIJK, 99, p. 48.)

O volume e a direção do tráfico de escravos dos portos Africanos para todas as regiões americanas



Mapa 1: Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database - Voyages

No Brasil o comércio de escravos se intensificou no fim do século XVIII a meados do século XIX, para cá vieram africanos principalmente da chamada costa de Minas e de Angola. Os comerciantes e senhores não percebiam as diferenças entre os africanos, identificando-os principalmente pelo porto onde foram embarcados. Pessoas vindas de várias regiões e reinos distintos, falantes de línguas diferentes, unidos pela escravidão no mesmo grupo. Com características particulares, vínculos específicos com a terra e com o lugar onde estavam inseridos, para eles a terra e seu pertencimento estão ligados a origens ancestrais, espaços que possuem elementos simbólicos específicos, produtores de identidades, as marcas das tradições e costumes dos povos estão impressos na paisagem local (CLAVAL, 2001, p.66).

Durante o período da escravidão, os negros que aqui chegaram vindos das regiões correspondentes à Nigéria, Togo e República do Benin (antigo Daomé), conhecidos como Iorubas ou Nagôs no Brasil, acreditavam que forças sobrenaturais estavam presentes na natureza e que estas se materializariam através de experiências religiosas. (MELO, 2007b, p.56)

Ao mesmo tempo em que o navio foi um elemento dizimador de culturas, “ele contribuiu para a integração social dos diversos grupos de africanos que foram submetidos à travessia do Atlântico rumo às Américas” (Gilroy, 2001: 37-39). Neste sentido, “a necessidade de manter e dar continuidade a sua cultura fez com os diversos grupos sociais africanos se reagrupassem no Novo Mundo” (HALL, 2003: 45), estabelecendo novos laços, ou até mesmo, alianças.

Este processo de desterritorialização pode ser entendido como o movimento de expropriação destes povos por fenômenos específicos, que geraram traumas culturais levando-os a perda de referenciais e conseqüentemente a uma crise de identidade (HAESBAERT, 2006, p.131-133). Neste contexto, o negro agora escravo, para que pudesse sobreviver física e culturalmente, teve que realizar adaptações as novas condições sociais e ao novo habitat na busca de (re)significação espacial.

“Nomes de nações ou de etnias são sempre formas de atribuir uma identidade particular a um grupo, indicando que ele tem tradições, maneiras de se comportar, de pensar e de falar que lhe são próprias e o distinguem dos outros. Aos poucos diminuíram as diferenças entre os vários africanos escravizados trazidos para o Brasil,(...) surgindo então uma cultura afro-brasileira, em que as diferenças étnicas ficaram em segundo plano.” (SOUZA, 06, p.62)

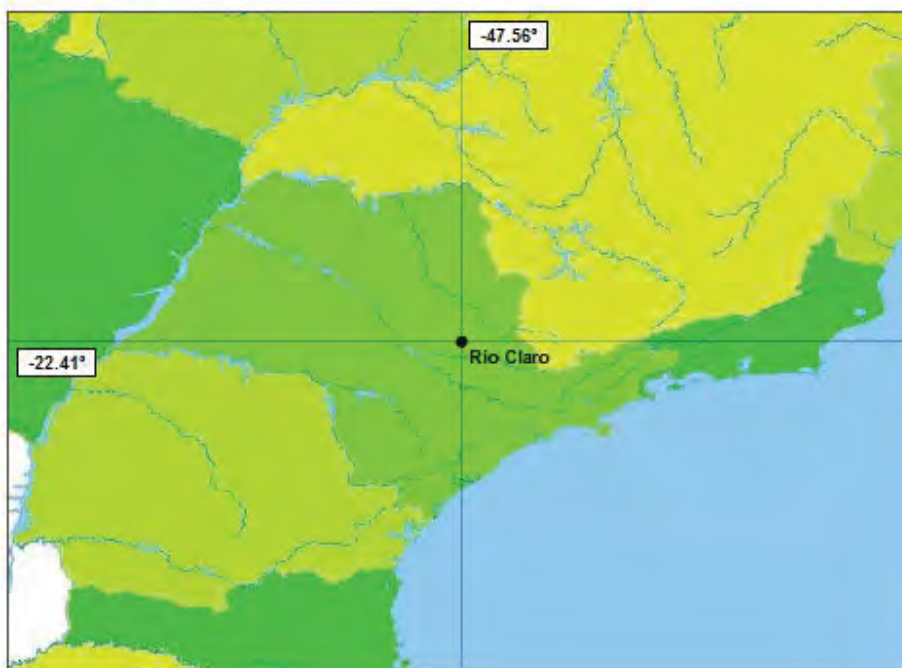
3. DO TRABALHO ESCRAVO A LIBERDADE: MANIFESTAÇÕES NEGRAS NA CIDADE DE RIO CLARO – SP

*A grande cidade é o grande dragão,
mas um dragão despido de suas lendas.
Ele não cospe fogo,
mas emite ruídos ensurdecedores,
identificados com os da cidade.
Ronaldo de Azevedo. Poesia concreta*

Dados Básicos

População	Área	Bioma
191.888 hab.	498,01 km ²	Cerrado e Mata Atlântica

Localização da Sede



Mapa 2: Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - 2010

A região que viria tornar-se o município de Rio Claro fora, por milhares de anos, o *habitat* de caçadores nômades cujos artefatos de pedra lascada ainda se espalham pelas margens dos rios. Seus ossos ou os resíduos do que quer que tenham produzido dissolveram-se no solo ácido ou sob as pesadas chuvas de verão. Há aproximadamente mil anos atrás, eles foram sucedidos pelos tupis-guaranis, semi-sedentários, que os portugueses encontraram disseminados ao longo da costa ao chegarem ao Brasil em princípios do séc. XVI. (DEAN, 77, p.20)

A descoberta de ouro em Mato Grosso, em 1718 acelerou um pouco a ocupação da área de Rio Claro. A parada em Ribeirão Claro provavelmente não passava de um abrigo coberto de folhas à beira de um Riacho que cortava a várzea e que é hoje uma praça no bairro chamado Santa Cruz. Ali foi construída a 1ª capela da região. Rio Claro era considerada a boca do sertão, pois logo depois começava o Sertão de Araraquara, local realmente ermo. Enquanto isso, a vida organizada dos povoados avançava lentamente. Piracicaba, a que se ligava o povoado de Rio Claro, foi elevada à paróquia em 1770, as vilas eram apenas um pouco menos agreste do que o restante. “Maior parte destas povoações são só no nome, compostas de alguns casais de Índios, alguns poucos Brancos, todos eles ordinariamente pobríssimos”, escreveu um viajante em meados do séc. XVIII. (DEAN, 77, p.21)

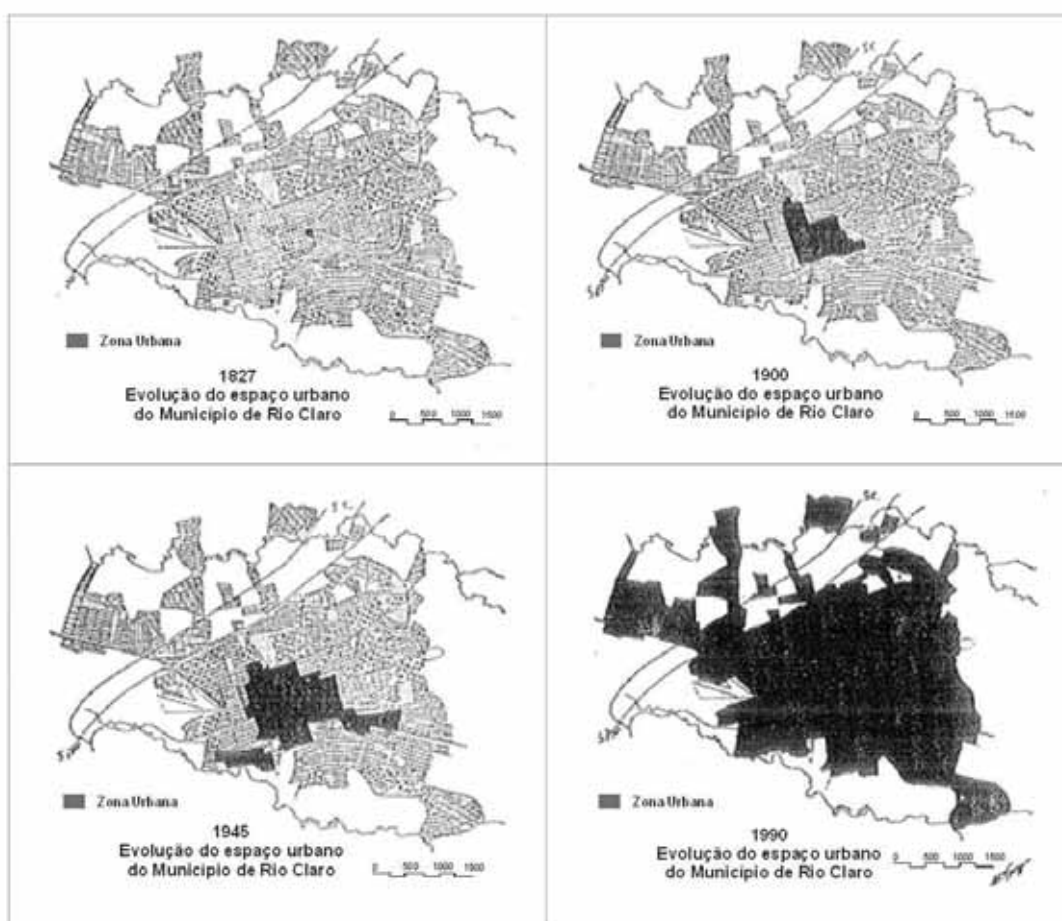
De acordo com os dados do recenseamento de 1822 a localidade contava com um total de 1.033 habitantes, sem contar a população escrava. Em 1826 havia já ali um bairro com cerca de 800 pessoas e, no ano seguinte, é oficialmente inaugurada a Capela de São João Batista de Rio Claro. Em 1830 a Capela passa a ser Freguesia, contando nessa época com cerca de 2.000 habitantes e 20 casas de comércio (HAACH, 98, p.49). Em 1835 a freguesia já era formada por 8 quarteirões que se estendiam ao longo da atual avenida um.

Em 1845 São João Batista de Rio Claro é elevada a categoria de Vila, é nessa década que se iniciam as primeiras tentativas de importação de trabalhadores europeus para a lavoura cafeeira de São Paulo. Em 1852 Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que era o maior comerciante de escravos da província, um dos maiores proprietários de Rio Claro, trouxe para a sua fazenda Angélica, muitos imigrantes, principalmente da Alemanha e da Suíça, tornando-se grande agenciador da imigração no Brasil. A Vila é elevada a categoria de Cidade em 1857, somando 10 das 60 colônias de imigrantes do Oeste Paulista.

Atualmente Rio Claro possui uma população de 186.253 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010. Este total 140.579 brancos, 8.582 pretos, 35.933 pardos, 979 amarelos e 180 indígenas e 97% da população esta concentrada em área urbana. No Brasil dos 190,75 milhões de habitantes, 91 milhões se declararam brancos, 14,5 milhões se declararam pretos, enquanto 82,2 milhões se declararam como pardos. Em

números absolutos a população branca foi a única raça que diminuiu, no censo de 2000 a quantidade de pessoas que se declararam brancas foi de 53,74% caindo para 47,33% em 2010. É a primeira vez que os brancos são menos da metade da população brasileira desde quando o Censo passou a ser organizado pelo IBGE, em 1940. A porcentagem de habitante que se declararam pardos cresceu de 38,45% (65,3 milhões) para 43,13% (82,2 milhões) e a de pretos subiu de 6,21 % (10,5 milhões) para 7,61% (14,5 milhões) da população brasileira.

Mapa 3 - Evolução do Espaço Urbano de Rio Claro – SP - 1827 e 1990.



Fonte: Troppmair, H. Atlas da Qualidade Ambiental e de Vida de Rio Claro – SP. UNESP/IGCE, 1992, modificado por FARIA, M. M. dezembro de 2011.

3.1 Em solo Rio-Clarense

*Eu moro aqui em Rio Claro
Gosto Muito da minha Terra
São João que me perdoa
o que eu vim dizer aqui
Mas precisa acabar o Racismo
Na cidade onde eu nasci
Congada de São Benedito – Rio Claro*

Rio Claro seguiu o mesmo padrão de exploração do trabalho que prevalecia no resto do Brasil. Em 1800, segundo Dean, p.61, era de escravos um terço da população brasileira, de três milhões de habitantes, até a metade do século houve a importação de mais de um milhão de africanos das possessões portuguesas de Angola e Moçambique. Havia escravos em todas as propriedades.

As lavouras de Rio Claro cultivaram cana nos primeiros 30 anos, seus proprietários originais e a maior parte de compradores de terras eram de membros de famílias produtoras de cana na região de Itu e Campinas. A região tinha o benefício de um solo bastante fértil, disponibilidade de lenha e pastagem para os animais de carga e moendas. A escassez de mão-de-obra para a manutenção da fertilidade do solo levava os fazendeiros a práticas itinerantes, em geral a terra era abandonada depois de vinte anos de cultivo, limpando e queimando quantidades de terras cada vez maiores, até que fosse preciso adquirir terras virgens.

Por volta de 1818 haviam 60 engenhos na região de Campinas, metade da população de seis mil pessoas eram de escravos. Em 1822 Rio Claro possuía oito engenhos, com mais três em construção. Os escravos trabalhavam em todos os estágios do cultivo, desde o desmatamento à operação de máquinas de beneficiamento. A capacidade de produção desses engenhos era bastante baixa, segundo Dean, apenas três em 1835 produziam mais de mil arrobas.

Itu e Piracicaba e Parnaíba continuaram a investir nos canaviais, Campinas e Rio Claro passaram para o cultivo de café. Esta substituição pode ser compreendida pela demanda mundial por café, que era mais acentuada do que a de açúcar em quase toda a primeira metade do século XIX, com o aumento dos padrões de consumo de massa o café, consumido anteriormente por um pequeno grupo de pessoas ricas, passa a ser procurado pela população em geral. Além disso, pelo menor custo da

produção, o café exigia menos mão-de-obra, um cafeeiro poderia durar até 40 anos sem necessidade de replantio.

Após 1840 se inicia o plantio em larga escala de café no Oeste Paulista. As fazendas de café do estado utilizavam aproximadamente quatro vezes mais escravos que as de açúcar. É interessante destacar que a garantia das hipotecas quase nunca era em terras, mas em escravos, eles constituíam uma forma mais líquida de capital. Entre 1900 e 1918, o Oeste paulista sozinho contribuiu em média com mais de 50% de todo o café mundial.

Entre as pessoas de influência na corte três se destacavam em Rio Claro, eram Antônio Paes de Barros, José Estanislau de Oliveira e Nicolau Vergueiro. Em 1835 Antônio Paes de Barros possuía 73 escravos que trabalhavam em duas lavouras em Rio Claro, era filho de um dos fazendeiros mais ricos de Itu. Em 1855 a fazenda Angélica de Vergueiro tinha quase 130 quilômetros quadrados, ele abriu uma agência em seu nome para exportar açúcar via Santos, em 1865 a fazenda contava com 350.000 pés de café. Vergueiro era o maior comerciante de escravos da província, segundo Dean, ele foi a principal figura do Partido Liberal e ocupou postos em todos os governos até 1842, sendo ele o primeiro fazendeiro no Brasil a testar a viabilidade do trabalho do imigrante na lavoura.

A produção de café, 300 ton. em 1851, 1.650 ton. em 1857 e 2.700 ton. em 1861 era levada em lombos de burros, mulas e em carroças até São Paulo e o porto de Santos, uma viagem de podia passar de 7 dias. Em 11 de agosto de 1876, entrava na estação da cidade, vindo de Campinas, o primeiro trem de ferro.

Com base no recenseamento de 1872, Rio Claro possuía um total de 15.035 habitantes. Desse total, 818 eram estrangeiros não africanos – sendo 491 de origem alemã/suíça, 256 de origem portuguesa, 25 de origem italiana e 46 de outras nacionalidades. Segundo Dean, pelo mesmo recenseamento, Rio Claro contava com 3.935 escravos, destes 2496 se ocupavam integralmente em trabalhos agrícolas, e com 2.372 libertos, sendo a maioria dos escravos da cidade identificada como oriunda, ou descendente, do Congo, de Cambindo, de Benguela ou de Moçambique, regiões ao sul do equador que se encontravam sob domínio português. O recenseamento de 1872 parece ser o primeiro a realizar uma distinção entre a escravidão e a etnia, nele ocorre

o aparecimento de mulatos escravos, eles eram quase inexistentes em 1822 e 1835, e pela primeira vez o aparecimento de escravos livres – 18 dos 695 africanos de Rio Claro, ou quase 30 por cento da população livre não-branca, Dean, p.72.

Até a abolição não havia lavouras de homens livres no município, as produções eram dependentes do trabalho servil. A persistência da escravidão na região chama a atenção, pois o auge do café no Oeste Paulista ocorreu após o declínio no restante do Brasil. A proibição do tráfico de escravos africanos em 1850 condena a prática a extinção, porém segundo Dean a população escrava não se reduzia, em Rio Claro continuou a crescer até próximo a abolição, eram realizados “contratos de locação” e tráfico interno. Todos, inclusive os escravos, sabiam que a escravidão estava no fim e que o trabalho livre era seu sucessor.

“A vózinha contava que naquele casaram da Rua 6 – Av 2, morava o Barão de Porto Feliz, ela diz que fez o parto do Barão. Essa vózinha, então, ela diz que eles faziam reuniões noturnas ali, inclusive quando proibiu o tráfico diz que eles se reunião ali e traziam os negros, falava que ia ter um jogo de carteados e eles ali então negociavam os negros, era tráfico clandestino, né.” (Conversa Grão Diva e Angela. Portal Memória Viva – Arquivo Histórico de Rio Claro)

O comércio de escravos era significativo, entre 1874 até 1885 entraram 2668 escravos e saíram 897 da cidade, estes dados demonstram que a cidade foi um pequeno entreposto desse tipo de transação. Tal fenômeno tem relação com a chegada das linhas férreas a Campinas em 1872 e com a promulgação da Lei do Ventre Livre, de setembro de 1871. “As vendas de escravos registradas em Rio Claro a partir de 1872 consistiam na maior parte - de meninos de 10 a 15 anos. Raramente eles eram acompanhados dos pais, sendo declarados- quase sempre como, é provável, falsamente - de mãe desconhecida ou morta.” (DEAN, 77, p.69). O autor cita ainda que a manutenção de uma criança escrava na época custava aproximadamente 40 mil-réis por ano, e apenas metade delas alcançava os oito anos de idade.

“O contar faz parte da história do negro, por conta dele ser tirado do lugar onde ele viveu e trazido para um lugar estranho. E a história se não fosse o contador de história agente não tinha, muita coisa que agente ficou sabendo tudo foi através disso, ainda mais no Brasil onde não tem documento, né, da história. Então eu faço isso até hoje na família, por que a minha mãe fazia, as minhas tias faziam, contar a história do passado. (...) Algumas histórias lá de África não podia contar, por isso que elas contavam, a minha bisavó contava que elas cochichavam a história. (...) A família do lado da minha mãe começou aqui em Rio Claro, ela disse que ela chegou (a bisavó, chamada vózinha), no Ceará e

do Ceará ela foi indo, sabe, fazendo as trajetórias e indo pro lugar, até quando chegou em Rio Claro. Ela contava que ela sentiu que ia ser feliz em Rio Claro e ela falava pra nós “a eu sabia que eu ia ser feliz aqui, por que eu tive vocês”, por que até então ela não tinha família, só tinha ela, ela não sabia quem era mãe dela, nem quem era o pai nem nada. Ela contava que eles vieram assim num grupo de escravos, só que era assim, que foram comprados, só que por exemplo, passava em um lugar pegava, pegava, então eles eram solitários ela dizia, por que aquele grupo de escravos não conseguia se comunicar com o outro, por que eles viam de lugares as vezes diferentes, até pegar intimidade, as vezes quando pegava intimidade com uma pessoa, aí já era vendido de novo, sabe. Então dizia que a escravidão do negro foi a mais cruel, por que muitos povos foram escravos, mas ela dizia “a escravidão do negro separou as famílias e os amigos, né, você fazia uma amizade e de repente você ficava sem”.

A família do lado da minha mãe e do meu pai foram escravos na Fazenda Mata Negra. A família do pai da minha mãe ele também não conheceu os pais dele, por que o pai da minha mãe ele deve ter nascido na lei do ventre livre, por que ele nunca viu a mãe dele e ele diz que ele vivia solto, cada pessoa dava uma coisa, outro cuidava, assim ele viveu.

(...) Elas contavam pra gente que em Rio Claro o tráfico de criança era muito forte, pelo que ela me contava todo mundo passava por Rio Claro, quem vinha de outra região e as crianças eram levadas, né. E essa minha bisavó teve um filho que foi levado embora. Então, eu conheci ela, ela morreu com mais de 100 anos e ela correu procurando esse filho.

Tem uma tia que viveu e morreu na fazenda do conde, morreu escrava por que quando deu a abolição ela não quis sair, por que eles tinham até medo de enfrentar outra situação, sabe. Teve um filho dela que foi dado de presente, a fazendeira lá, deu de presente para uma afilhada. Entrava na senzala, falava que a costureira tava na casa grande, vinha pegar uma criança, elas já começavam a se lamentar por que aquela criança nunca mais via, por que diz que a costureira enfeitava, né, vestia a criança, enfeitava e dava de presente.

Quando as criança nascia o fazendeiro que ia dar o nome. Diz que o nome era sempre o nome de uma pessoa da família dele ou de um santo da Igreja, aí você vê quanta Maria tem, Sebastião tem bastante. Só que eles escolhiam o nome de África, então eles cochichavam primeiro no ouvido do bebê, aí quando chegava na madrugada eles iam num terreiro, os negros saiam tudo da senzala, pegavam o bebê e mostravam pra Lua, depois que eles mostravam pra Lua aí o pai ou a mãe falava o nome e todos os negros gritavam o nome da criança pra Lua e depois era assim que eles colocavam. Daí quando o fazendeiro vinha e dava o nome eles já tinham batizado aquela criança.

Foi muito dura essa fase de os filhos irem embora, quando elas contavam essa parte da história elas ficavam muito triste. Houve uma época que elas ficaram sem ter filho, elas ficaram 4 anos sem ter filho, depois que parou de nascer criança, parou, enfraqueceu o tráfico de criança aqui em Rio Claro.

As pessoas falam pra nós que nós negro não nossos organizados, mas como não, né, se agente conseguiu se organizar em um país que não era o da gente.” (Conversa Griô Diva e Angela. Portal Memória Viva – Arquivo Histórico de Rio Claro)

A situação dos negros nas fazendas era bastante precária. Habitavam casas de pau a pique e senzalas, dormiam em redes e esteiras, usavam roupa de tecido grosseiro, e se alimentavam de feijão, angu e farinha e, às vezes, de um pedaço de charque ou toucinho, raramente mandioca ou batata doce. Doenças como verminoses,

febres e tuberculosas eram comuns. E, como descrito acima, os índices de mortalidade infantil eram extremamente altos, muitos escravos fugiam das fazendas e viviam escondidos em quilombos perseguidos pelos “capitães do mato”, castigos físicos faziam parte dessa triste realidade.

Entre 1869 e 1872 ocorrem as primeiras iniciativas para a libertação dos escravos em Rio Claro, o Padre João de Santa Cândida deu “liberdade plena” a alguns escravos. A Loja Maçônica “Fraternidade Terceira” indenizou o mesmo padre para que desse liberdade ao escravo Sebastião, outras famílias seguiam o exemplo dando liberdade aos seus escravos.

Em 1887, a Câmara Municipal de Rio Claro, através do Barão de Grão Mogol, seu presidente, lançou o “Livro de Ouro” para que nele fossem inscritos os nomes das famílias e pessoas, que libertassem seus escravos, “mais depressa tocaremos ao fim almejado pelos corações e almas que se compadecem da parte infeliz que jaz sob o mais duro dos jugos – a escravidão”. O movimento abolicionista cresceu e, em 5 de fevereiro de 1888, Rio Claro oficialmente da liberdade total a todos seus escravos, se antecipando três meses da “Lei Áurea” de 13 de maio de 1888. Segundo Dean, p.90, “nos meses que precederam a abolição, eles levaram seus tambores proibidos para as cidades, acenderam fogueiras e aterrorizaram os moradores com suas danças”.

A abolição deflagrou o racismo, latente no sistema escravista mas obscurecido pelo mesmo. Agora todas as pessoas de cor eram livres, mas todas eram tidas como libertas. (...) A violência contra libertos era coisa diária. As pessoas de cor eram segregadas quanto à moradia no centro da cidade, e os recém-libertos eram obrigados a viver em casebres na periferia. As pessoas de cor não podiam participar do *footing* na praça e de outros eventos sociais. Ainda que eles tivessem sua própria irmandade, banda e clubes sociais, sua exclusão por meios sub-reptícios das agremiações dos brancos só teve lugar depois da abolição, e teve o efeito de bloquear-lhes o acesso às principais vias de mobilidade social.” (DEAN, 1977, p. 148-149)

Durante o período da cafeicultura surge o do trabalho livre e, portanto, a imigração, intensificada com a abolição da escravatura. O ano de 1887 foi o primeiro em que a emigração transatlântica ultrapassou os 100 mil, e também o primeiro que foi maior do que para outros países europeus. Na Itália condições econômicas estavam forçando centenas de milhares de camponeses a largar a terra e toda Europa estava com excedentes do processo de industrialização. Dean, p. 166, aponta que a relativa

prosperidade dos imigrantes deveu-se em partes à discriminação contra os brasileiros, especialmente os negros. “Se eles tivessem sido pagos à base da produtividade, equanimemente, sem distinção de cor, os italianos talvez nem tivessem vindo”. Os imigrantes foram fixados nas fazendas em posições muito mais estáveis e bem pagas que os libertos, destes foi tirada não apenas a possibilidade de adquirir a posse de terras mas até mesmo a mobilidade social individual dentro do regime de trabalho assalariado.

A maior parte dos escravos permaneceu nas lavouras trabalhando por menos do que os europeus, este fator derruba a justificativa de que os imigrantes eram necessários porque os libertos faziam juízo exagerado do próprio valor. Os descendentes desses imigrantes europeus foram incorporados ao projeto das classes senhoriais, criaram zonas prósperas, especialmente no sul do país. Rio Claro foi herdada pela classe média urbana, constituída de uns poucos antigos colonos, mas, na maioria, de imigrantes que na Europa tinham vivido em cidades, e tinham chegado com uma ocupação, um capital e relações familiares. Casaram-se com as filhas dos fazendeiros falidos, compraram lotes e casas na cidade, sítios e as fazendas repartidas. Surge a nova classe média.

3.2 Expressões Culturais

*A religião é a memória de uma unidade perdida
e a nostalgia por um futuro de reconciliação.
Rubem Alves*

No Brasil inúmeras formas organizacionais foram empregadas pelos negros como forma de resistência, a fim de manter vivas as suas tradições, transformando paisagens, “afirmando nelas sua personalidade, por meio de signos e símbolos que estruturam sua identidade, convicções e esperanças” (CLAVAL, 2001, p. 42-43).

A capoeira, o candomblé, as festas, entre outras, se constituíam em manifestações através das quais os afro-descendentes mergulhavam numa realidade essencialmente negra e, o mais importante, numa situação dirigida pelo próprio grupo. Tais organizações especificamente dos negros nasceram em resposta ao rigoroso sistema de exclusão racial estabelecido, isso desde o início do século XX.

“o surgimento de “etnias” ou de “grupos culturais”, estão além de uma referência biológica ou ancestral comum, reais ou hipotéticas. Existem pela consciência que tem de si mesmo e pela cultura que produz. É em seu seio que se elabora e perpetua a soma de crenças, rituais e práticas que fundam a cultura e permitem que os grupos se reproduzam” (Bonnemaison, 2002, p. 92-94).

Existem relatos de diversas manifestações afro-descendentes em Rio Claro, estas por muito tempo foram realizadas em locais isolados e de ligação com seus cultos e tradições. A partir de levantamentos bibliográficos e do resgata da memória e da oralidade foi possível identificar alguns desses espaços: Mata Negra, Chácara dos Pretos, Quilombo da Cabana, atual Lago Azul, Buraco Quente, Av. 17 esquina com a Rua 16, antigo Bar do Fidele atual PADOKA, Largo da Igreja de São Benedito, Buracão, onde atualmente existe a pré-escola municipal Paulo Koelle, entre outros.

“Os negros tinham outras organizações contrárias às que lhes eram impostas pelos fazendeiros e outros brancos da cidade, mas elas eram necessariamente clandestinas e obscuras. Havia feiticeiros escondidos na floresta que praticaram medicina e bruxaria africanas – mandinga. Os escravos guardavam práticas religiosas próprias e tocavam batuque, e não instrumentos de metal, e dançavam o sensual lundu, em desdém aos brancos, e portanto não para os olhos deles, e que possuíam sentidos fora do entendimento dos seus captores.” (DEAN, 1977, p.90)

Foto 1 – Festa de 13 de Maio de 1955



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – foto de 1955.

Tais manifestações foram amplamente rejeitadas pelo grupo branco em geral, essas populações lutaram contra as perseguições de um Brasil republicano, que através do artigo 157 do código penal de 1890, apresentava as crenças de origem africana como ilegítimas e proibidas: praticar espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar curar de moléstias curáveis e ou incuráveis. Em 1867 Rio Claro, segundo Nascimento, p.19, instaurou um Código de Postura Municipal, que limitava a circulação de escravos pela cidade durante a noite sem o consentimento de seus donos. O mesmo código passa a limitar a presença das danças, batuques e outros festejos de escravos negros na área urbana. “Todo escravo que, depois do toque de recolher for encontrado vagando pela rua, sem bilhete do seu Sn. ou dono, ou os que tiverem dentro de tabernas e botequins ou empregando em jogos ou bebidas será preso, e no dia seguinte seu Sr. ou outra pessoa autorizada o poderá tirar e pagará a multa de 6\$”; Acrescenta, “ficam proibidas as cantorias e danças conhecidas vulgarmente como batuques, sem pedido de licença da autoridade Policial, sob pena de multa de 20\$ a cada um dos participantes, sendo dispensado o ajuntamento. Na reincidência sofrerá o

dono da casa 4 dias de prisão e os demais 24 horas”. Esta perseguição explica o fato dos territórios negros estarem sempre localizadas em regiões periféricas das cidades.

Em 1884, o vigário de Rio Claro, Nery de Toledo, escreveu que seu antecessor “tolerara por muitos anos” uma irmandade de São Benedito – cujos membros eram escravos e libertos, provavelmente quase todos moradores da cidade. Mantinha um fundo na paróquia, constituído de contribuições, que se aplicava numa celebração anual. Irmandades religiosas eram uma importante instituição social e política nas cidades pequenas, conferindo certa posição e cimentando as relações entre vizinhos. O vigário, porém, dissolveu a sociedade, juntamente com outras na cidade, até que “tivessem um compromisso legal.” (Dean, 1977, p.89).

O Estado brasileiro começa a rever seus artigos sobre a liberdade religiosa e cultural, pesquisadores, escritores e cantores ressaltam a importância da herança cultural africana na formação da identidade nacional. Em 1951 é aprovada a Lei nº 1.390, que transforma em contravenção penal a prática de preconceito de raça ou cor e, mais tarde, a Lei nº 77.716 de 1988, transforma o preconceito em crime inafiançável. Tais leis são conquistas das comunidades negras, como forma de reconhecimento e valorização de suas tradições. Outra importante conquista é a recente Lei 10.639 de 2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história da cultura africana e afro-brasileira no sistema nacional de ensino.

“...no final da década de 70, começa a se esboçar no Brasil um fenômeno de “reafricanização” de diversas manifestações culturais. (...) Essa reinterpretação dos valores tradicionais acompanham a emergência dos movimentos negros que denunciam o racismo na sociedade brasileira, estendendo uma consciência negra junto a diversas manifestações culturais.” (ORTIZ, 1991, p.7)

Em Rio Claro o povo do Tambu resistiu e prosseguiu regularmente até pelo menos fim dos anos 1960. À medida que a “ordem” e os “bons costumes” atentavam contra o Tambu, seus praticantes mudavam de endereço, sem, no entanto abrir mão de sua dança e do prazer de festejar a liberdade de raça (Pereira, 2008). Entre as diversas manifestações o Tambu, Samba de Lenço e o Samba eram tradicionais nas comemorações do dia 13 de maio, como se pode observar em registros abaixo:

Foto 2 – Festa de 13 de Maio de 1952



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – 1952.

“Ali onde tudo parece trocas simples entre pessoas e grupos, relações sociais por meio de objetos, ações, mensagens e símbolos, há relações de poder. Onde o olhar apressado vê contribuições inocentes da vida social, há conflitos, oposições e interesses, manipulações de classes sociais sobre outras, expropriações do poder popular sobre o uso dos seus símbolos, apropriações do “folclórico” pelo de “massa”, formas populares de resistência (BRANDÃO, 1995, p.89)

Uma manifestação cultural consegue atribuir união para coisas que tem formas diferentes, históricos diferentes, criações diferentes. Esta capacidade da arte, a capacidade de unir transcendendo valores da cultura atual empolga e fascina.

“As manifestações culturais congregam cultura e educação, em geral, conjugam crenças e brincadeiras, reúnem adultos e crianças, e utilizam a troca de saberes como veículo de sociabilidade entre os participantes, através de um processo social dinâmico, no qual diferentes elementos socioculturais servem como meio para o ensino e o aprendizado de tradições culturais” (AGUIAR, 2011, p.4).

Foto 3 – Samba Lenço - Festa de 13 de Maio de 1955



Fonte: acervo pessoal da família Copriva - foto de 1955.

Atualmente em Rio Claro a maior parte dos territórios utilizados historicamente pelos negros na realização de suas festas e rituais foram tomados pela especulação imobiliária¹ e expansão urbana, um exemplo é o Bairro da Igreja de São Benedito, outrora conhecido por “quilombo”, que atualmente integra o centro da cidade. Os negros que ocupavam a área foram empurrados para regiões periféricas. Os bairros Consolação e Estádio eram, respectivamente, “Buraco Quente” e “Vila dos Apertados”, isso pelo menos até final da década de 1960, outra região essencialmente de moradores negros e de referencial simbólico. O crescimento da cidade não foi o único fator de perda de territórios, a Chácara dos Pretos é um exemplo de como esta comunidade historicamente não teve seus direitos garantidos, pois esta área de grande importância para a comunidade negra da região, adquirida legalmente, foi roubada e ocupada pela elite branca, gerando uma luta que se estende a mais de 50 anos, ainda sem sucesso, como será desenvolvido em capítulo específico.

¹ Especulação imobiliária, no sentido de crescimento acelerado do meio urbano com relações de compra e venda de imóveis visando apenas lucros, sem preocupação com a história ou referência do local.

3.2.1 O SIGNIFICADO DO TAMBU

Para povos tradicionais da África o tambor representa um vínculo de união entre os homens e as divindades. Em algumas comunidades ele é dotado de vida e assume status de pessoa. Este instrumento é considerado como um ser de energia plena, nele estão unidas as forças vitais de três reinos da natureza: o animal, representado pelo couro; o vegetal, que fornece a madeira; e o mineral que é o elemento metálico que fixa tudo no lugar. Para os povos bantu, Congo e Moçambique, o tambor é tão cultuado quanto os Orixás¹, que também estão ligados aos elementos da natureza, possuindo cada um seus reinos.

“O Tambu tem origem nos povos Bantus, que são ali da região de Angola, é uns povo que eles curtiam muito o tambor. O tambor é considerado como um santo, uma entidade para eles, por que tudo gira em torno dele, ele que produz a energia” (Daniel Moi, Vídeo Danças Afro-brasileiras na Cidade de Rio Claro: O Batuque de Umbigada e a Congada de São Benedito – Portal Memória Viva).

Sobre como se deve tratar os instrumentos Dona O, em 2004, fala que não é qualquer um que põe a mão no Tambu, “tem que fazer uma oração, firmar a cabeça, fazer uma oração para os escravos, e na onde, e fazer um pensamento pra eles, e pra aqueles que começaram pra dar uma intenção e licença, e licença. Se eu sou dona desse altar então eu é que tenho direito de tocar. Não pode outra pessoa chegar aqui e passar a mão e já ir tocando não. É questão de respeito, muito respeito” (Nascimento, 2005, p. 11).

Na sequência Dona O, 2004, contra um pouco sobre o surgimento dos instrumentos em Rio Claro:

“eles conheciam uma mata, um pomar, uma roça e eles que plantavam o café, carpam, faziam de tudo. Então aí que eles conheceram dois tipos de árvores, e hoje essas árvores estão difícil de achar que é a peroba e jacarandá essas madeiras que dava um bom som, no toque do Tambu. Como tinha muito coro de cabrito aquela coisa toda eles incorporavam. Você já chegou a ver em roça que tem um arame que tem coisa que nem dente, roça antiga, o arame farpado, e com aquilo que prende o coro, mais antes disso

¹ Os Orixás são divindades responsáveis pelos elementos naturais: água, ar, terra e fogo. Cada elemento possui significado, uma energia mítica que por sua vez, possui um local específico para ser cultuado e adorado. Ver Melo, 2007.

tem que deixar na água dois, três dias para ele estufar. Essa parte do instrumento que eles tocavam lá na roça, pra todas as fazendas saber, é eles se comunicavam, os escravos, pelo toque. O outro escravo sabia o que estava acontecendo pela batida, o dono desse grupo, fazia convites pra outras fazendas, nesta data é que eles comiam um pouco melhor. Então o Coronel avisava, “dia tanto vai ser o casamento das meninas, e é que fazia a festa” (NASCIMENTO, 2005, p. 11).

O Tambu foi batizado por muitos de “Sete-Léguas”, por sua capacidade de ser ouvido de longe, conta-se que ele podia ser ouvido a 7 léguas de distância, o que possibilitava a comunicação dos escravos de fazendas diferentes, tanto a congada quanto o batuque de umbigada vieram dessa vertente de batuque. Nessas manifestações também era muito presente o improviso, Daniel Moi, no Vídeo Danças Afro-brasileiras na Cidade de Rio Claro, fala um pouco sobre essas formas de comunicação:

“Os africanos tinham que esconder as coisas que eles faziam né, a capoeira, então se o cara cantava uma música de capoeira ele falava uma coisa que só determinadas pessoas que tavam ali vendo o jogo da capoeira que sabiam o que ele tava cantando, por que, nego se ligava, ahh, tava dando um recado e no Tambu tem a mesma coisa, às vezes tem mil pessoas aqui, eu canto uma música, tem um cara lá no fundo lá, e eu to cantando a música pra ele, eu e ele que sabe, eu to dando um recado pra ele, ta devendo um dinheiro pra mim eu vo lá e canto uma música pra ele. E tinha antigamente, tinha muito a questão do improviso, é mais difícil, uma coisa que se perdeu que é também a questão do repente dentro do Tambu, também né, o cara inventava uma coisa na hora, então acontecia uma coisa engraçada lá ele pegava e inventava uma musiquinha na hora e cantava e a festa ia embora, passava a noite inteira.”

Segundo afirma os Tambuzeiros de Rio Claro e segundo a Griô Dona Ângela, o Tambú recebeu no passado o nome de umbigada erroneamente por que os brancos ao verem a dança, adotaram por nome, o movimento característico da mesma: a umbigada. Este, que é um ritmo forte e bem marcado também está presente nas cidades de Capivari, Tietê e Piracicaba. O Tambú, Samba ou Batuque de Umbigada, como é conhecido em algumas regiões do interior do Estado de São Paulo, data entre os séculos XVIII e XIX. Seu local de nascimento não é exato. (AUGUSTO, 2011)

Em depoimento presente no vídeo Cultura Negra, produzido pelo grupo Kino Olho em 2010, Dona Diva relata que segundo caso contado por sua avó, “os negros queriam cantar e dançar, então eles usavam as imagens da Igreja para poderem mistificar um pouco, por que a cultura não podia ser trazida, então eles usavam essas

danças sagradas, tanto que a congada em cada lugar é de uma forma”. No mesmo vídeo Anderson Aparecido Oleira, relata que “a Dança de Umbigada hoje é uma dança também de celebração e de libertação, é uma comemoração ao que agente fazia antes. Antigamente os escravos, quando ia fazer festa com os pouco de comida que sobrava, que arrecadava, que era dado como resto de comida, com o qual inventaram a feijoada, eles celebravam com a dança de umbigada, dança de libertação, essa dança foi oficializada a partir do momento que eles conseguiam a nossa libertação...” O Sr Ariovaldo acrescenta em seu depoimento:

“o samba da umbigada, então é esse o significado: nós nascemos e então o que é cortado de nós? O umbigo. Então daquela data que os escravos que nascessem não seria mais escravo, então dessa data em diante que agente começou, a realmente ser realizado,..., então esse é o samba que nós sambamos, esse é a liberdade, então que agente se bate umbigo com umbigo, ..., essa é uma dança de qualidade de muito respeito, é a libertação dos escravos.”

O Tambu passou algum tempo parado em Rio Claro, muito em função do preconceito que os negros sofreram, como visto no capítulo anterior, não só aqui mas em todo território brasileiro, por essa razão o grupo apresenta uma dificuldade de agregar pessoas mais novas, nas palavras de Daniel Moi:

“o pessoal mais jovem, por que não tem o costume, a cultura é muito diferente, hoje em dia a mulecada quer ouvir pagode, quer ouvir funk, rap, e o Tambu queira ou não queira ele tá lá atrás meu, ele é um dos pais do samba lá atrás lá, quer dizer a moçada tem que trabalhar isso de uma forma que o cara se ligue que não é só o pagode, o rap, só o funk, vamo pegar o alicerce da coisa lá atrás lá e valorizar uma cultura que é nossa”.

4. RESISTIR E FIXAR: A Formação De Negros Territórios

As famílias de antigos escravos subjugados a um Brasil pós abolição que não oferecia condições e meios de sobrevivência ao seu contingente negro, este que passava pela transição de ocupar uma posição de mercadoria enquanto ser escravizado, para ser livre dotado de direitos e deveres, são bruscamente transplantadas para a cidade, instalando-se nas regiões periféricas.

Vale destacar que juntamente com a lei de proibição do tráfico negreiro em 1850, o Brasil criou a Lei de Terras, Lei 601 de 18 de Setembro de 1850, medida que privilegia velhos fazendeiros e dificulta os negros libertos, imigrantes e os trabalhadores brancos pobres e mestiços de terem acesso à terra. Ficou estabelecido, a partir desta data, que a terra só poderia ser adquirida por meio de compra, venda ou doação do Estado, não seria mais permitida a obtenção por meio da posse. Aqueles que já ocupavam algum lote receberiam o título de proprietário, inicia-se aí o surgimento de falsos documentos de terras, para tal reconhecimento era necessário residir e produzir no local. De forma prática se dificultou a formação de pequenos proprietários, pois, em especial os negros libertos, não possuíam dinheiro para compra e liberou mão-de-obra para os grandes fazendeiros. Esta medida impediu o acesso à terra para a grande maioria do povo brasileiro, sendo um dos motivos da grande concentração fundiária no país até os dias atuais.

Neste contexto os negros iniciam sua jornada como homens livres, áreas de maior concentração da comunidade negra em Rio Claro após a abolição foram: a Chácara dos Pretos, área conquistada antes da abolição, o Buraco Quente área ocupada após a abolição, o Buracão, local do atual colégio Paulo Koelle, pátio da Igreja de São Benedito e algumas regiões que eram ocupadas por quilombos, que apresentam maior dificuldade de localização e levantamento de dados. Os clubes negros da cidade foi importante conquista da comunidade, entre eles, a Associação Tamoyo, o Clube José do Patrocínio e a Associação a União Faz a Força, segundo Nascimento, 2005, clubes de forte articulação. Todos esses espaços são marcados pela existência em algum momento de festas e ou manifestações culturais.

Com a intensificação da expansão urbana os locais onde eram realizadas as devoções e festas “fora dos olhares dos brancos” e em contato com a natureza, foram

sendo envolvidos pela urbanização, com isso houve grande perda de território simbólico da comunidade negra da cidade, se destrói a herança cultural que se conservava durante os séculos de colonização. Os povos africanos possuem grande relação com a natureza, “cada elemento natural está diretamente ligado a um Orixá, que possui um significado, uma energia mítica, que por sua vez tem um local específico para ser cultuado e adorado” (MELO, 2007), pratica que se dificulta com a perda de áreas verdes e crescimento da cidade.

“Os espaços são demarcados pelo poder da mente de extrapolar muito além do percebido; os homens não apenas criam espaços sagrados, como também procuram materializar seus sentimentos, imagens e pensamentos neles” (ROSENDAHL, 2002, p. 32)

O levantamento desses espaços foi realizado a partir de conversas com alguns atuantes da comunidade negra, em pessoal com mestres, anciãos e Griôs¹ ligados a manifestações culturais e ao Conselho Municipal da Comunidade Negra da cidade. Esta escolha visa valorizar o olhar da própria comunidade negra, que tem direito à sua história e merece contá-la a partir do seu ponto de vista.

A partir das indicações foram identificados alguns locais de importância simbólica e territorial na história dos negros, posteriormente foram realizadas visitas, levantamento de materiais bibliográficos, de mídia impressa e virtual e da rede mundial de informações. Nesta fase o Arquivo Histórico de Rio Claro através dos encontros de Conversa Griô e dos trabalhos disponíveis e em elaboração no Portal Memória Viva e no acervo foi de grande ajuda.

Entre março e outubro de 2011 foram estabelecidas as visitas ao campo, para a coleta de dados, estas possibilitaram o contato com os mestres, anciãos e griôs da cidade, experiência única e de grande aprendizado, pois, foi através da participação em encontros e de conversas de maneira “informal”, cotidianas, que pude ouvir as histórias e memórias passadas pela oralidade dentro das famílias, que unidas compõe a história dos negros da cidade.

¹ Griô: Palavra adaptada do termo Frances “Griot”. É uma referência aos mestres negros e negras da tradição oral que transmitem a História Africana. Corporação profissional compreendendo músicos, cantores e também sábios genealogistas itinerantes ou ligados a algumas famílias cuja história cantavam e celebravam. Não existe em português um termo para designar estas pessoas e este tipo de atividade.

“Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio o conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Neste sentido, trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos.” (SERPA, 2006, p.57)

Após o levantamento dos espaços simbólicos mais citados entre os representantes foram realizadas as visitas, com a ajuda e companhia do Sr. Ariovaldo. Este breve levantamento não pretende esgotar os territórios negros da cidade, nem suas histórias, mas sim apresentar uma parte desses, exemplificando desta forma um processo vivenciado em todo território brasileiro.

4.1 Fazenda Mata Negra



Foto 4 - Fazenda Mata Negra - Casarão do Barão - Monique Marques de Faria - 2011

“A casa grande e a senzala constituem os gonzos articuladores de todo o edifício social. A maioria dos moradores da senzala, entretanto, ainda não descobriu que a opulência da casa grande foi constituída, com seu trabalho super explorado, com seu sangue e com suas vidas absolutamente desgastadas” (BOFF, 2000, p.39).

Com a ajuda e companhia do Sr. Ariovaldo visitamos em 21 de Setembro de 2011 a Fazenda Angélica. Saímos da região central de Rio Claro sentido o Distrito de Ajapi, pela estrada onde passava a Maria Fumaça, região conhecida anteriormente como Morro Grande. Chegando ao Bairro Cachoeirinha passamos pela Granja Ipê, local era ocupado pelo Quilombo Anápolis, por essa razão ele acredita que antes de seu nascimento havia o Tambu no local. Hoje ao redor visualizamos alguns cafezais, porém em sua maior parte a área esta tomada por plantações de laranja e cana. Um pouco mais a frente chegamos a Fazendo São José, prédio de arquitetura colonial, que data de 1839 – 1939. Paramos na Capela de Nossa Senhora do Rosário, possivelmente freqüentada pelos negros, atualmente ocorre a procissão de Santo Antonio no local.

Seguimos a estrada, existem algumas placas indicando o caminho para a Mata Negra, segundo Sr. Ariovaldo, “a fazenda recebeu o nome de Mata Negra pelo habito

de dar as crianças meninas para os porcos comerem, quando nascia homem eles deixavam criam, mas quando era mulher eles matavam”, em entrevista Dona Diva nos informou que 3 bilhões de crianças foram sacrificadas em todo território brasileiro.



Foto 5 - Casarão e Senzala - Monique Marques de Faria - 2011

A casa foi toda planejada para que os senhores pudessem controlar cada passo de seus escravos, existem varias janelas, portinholas com vista para os andares inferiores, á frente fica o terreiro, aos fundos a senzala. O Barão ficou conhecido pelas orgias com as escravas e seu casarão possui outra particularidade, o terceiro andar foi construído para abrigar sua esposa, que segundo relatos era louca e se jogou de lá algumas vezes.

O grande comandante da festa de libertação antecipada de Rio Claro foi o presidente da Câmara Municipal e ao mesmo tempo prefeito, Barão de Grão Mongol. Até hoje ele é conhecido por seu amplo relacionamento sexual com as escravas (chegou a reconhecer 15 filhos mulatos no fim da vida), justificado

pela desculpa de que sua mulher era louca e, por isso, precisava ser mantida presa no sótão da casa (SANT'ANA *apud* PEREIRA, 2008, p.64).

Sáímos do casarão em direção ao túmulo do Barão, este fica no meio de uma grande área de terra, antigo cafezal, hoje ocupado por canavial. Toda a área envolta do túmulo (foto abaixo) é o cemitério dos escravos da Fazenda. O Barão deixou em testamento o desejo de ser enterrado junto com os escravos, conta-se que muitos foram enterrados vivos, “acho que doeu a consciência, né”. Infelizmente somente o local onde foi enterrado o Barão possui sinalização, mesmo que as oferendas e rituais que ali ocorrer sejam na memória de todos que ali se encontram.



Foto 6 - Túmulo do Barão - Monique Marques de Faria - 2011

Atualmente, a região da fazenda é habitada pela família Seneda, Maria Cléria Seneda Rossi, que mora logo à frente do grande casarão do Barão a cerca de 40 anos, explica que a fazenda foi vendida pelo neto do Barão para o seu avô. Este é um patrimônio material e imaterial da cidade de Rio Claro, encontramos uma série de

objetos da família, cadeiras, fogões e até mesmo instrumentos de tortura de escravos, sem falar de toda história materializada no espaço.

O local não recebe manutenção para sua conservação, o casarão está em péssimo estado, o piso de madeira da parte superior esta apodrecendo, parte da história de Rio Claro e do Oeste Paulista esta se perdendo. O prédio do casarão do Barão, a sede da fazenda e os galpões de produção do café que compunham a Fazenda Angélica estão tombados pelo CONDEPHAAT desde 1984.

Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 232, p. 63, 20/01/1987.

Em 1881, a Fazenda Angélica, como também era conhecida a Fazenda Grão Mogol, tornou-se propriedade de Gualter Martins Pereira, barão de Grão Mogol, migrante de Itacambira, centro pecuário e minerador do Estado de Minas Gerais. Anterior à produção cafeeira na região, a fazenda produzia originalmente a cana-de-açúcar, passando, no último quartel do século XIX, ao cultivo do café, cuja comercialização a esta altura já se beneficiava com a implantação da ferrovia. Por volta de 1880, Gualter Martins Pereira construiu o sobrado utilizando-se de mão-de-obra escrava mineira e baiana. Constitui-se em exemplar atípico da arquitetura rural paulista, quer pela sua aparência, semelhante aos sobrados baianos urbanos, quer pela técnica construtiva empregada, a alvenaria de pedra, incomum no interior do estado. (CONDEPHAAT, Resolução de Tombamento: Resolução 23 de 17/09/1984).

Em 2010 foram realizados dois passeios turísticos ao local com o apoio da secretaria de turismo da cidade, é uma ação interessante na preservação da memória, porém precisamos refletir que população esta política atinge, a maior parte dessa história encontra-se ainda na oralidade, não possuímos documentações suficientes para apresentar a esses visitantes uma história real do local.

Este domingo é dia de mais um passeio turístico à área rural de Rio Claro. Sucesso quando foi lançada em projeto-piloto no mês de fevereiro, a visita à região da Mata Negra acontece pela segunda vez e teve os lugares esgotados logo nos dois primeiros dias de reservas.

“Tivemos que providenciar um segundo micro-ônibus devido à quantidade de interessados”, confirma Ronei Grella, da Secretaria Municipal de Turismo, lembrando que também é utilizado no passeio o ônibus do Estação Turismo. Inicialmente reservada para 60 pessoas, a visita contará com presença de mais de 70 turistas, inclusive com a presença estrangeira de um holandês (Jornal Cidade 30-05-2010).

A utilização desse território sem o devido levantamento histórico, legitimação dos territórios negros, reparo, sinalização e participação efetiva dos descendentes de

escravos que ali lutaram por sua sobrevivência, o transforma em mais um tomado pela especulação e interesses da elite branco da cidade.

O Conselho da Comunidade Negra em Rio Claro (CONERC) vem atuando em busca do reconhecimento dessa área como “espaço de negro”. Em conversa com Dona Diva fui informada já que foi realizada visita ao local e solicitação para a retirada da plantação de cana da área onde está o cemitério dos negros, “tem que ter alguma coisa lá pra nós”. A comunidade tem se organizado na tentativa de legitimação ao menos desse espaço onde os escravos foram enterrados. No local não existe nenhuma sinalização nem indicação, pode-se andar livremente por toda a área, sendo possível localizar apenas onde se encontra enterrado o Barão.

Se tomado os devidos cuidados a Fazenda Mata Negra pode ser uma grande ferramenta na elaboração de materiais e cursos que visem à temática afro-brasileira, com base na Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, esta altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. O local poderia ser utilizado para a formação e capacitação de educadores e pelas escolas de ensino fundamental e médio, que a partir dessa história dispõe de ferramentas para desenvolver conteúdos que englobam desde a colonização, escravidão, imigração, entre outros. Nas palavras de Souza, 2006, estudar a história da África e dos negros que vieram para o Brasil significa conhecer uma face do nosso passado que ainda precisa ser entendida.

4.2 CHÁCARA DOS PRETOS

As notícias sobre a morte de Alfredo da Matta, o “Major”, um dos reais proprietários da enorme área de terras conhecida como “Chácara dos Pretos”, serviu para reacender a chama de um dos episódios mais vergonhosos da história de Rio Claro. Sabe-se que, dificilmente, os donos da “Chácara” conseguirão algo pela justiça dos homens. Mas existe a justiça de Deus, para quem não há prescrição. Justiça dos Homens e a Justiça Divina (Jornal Diário de Rio Claro, de 16/06/1985).

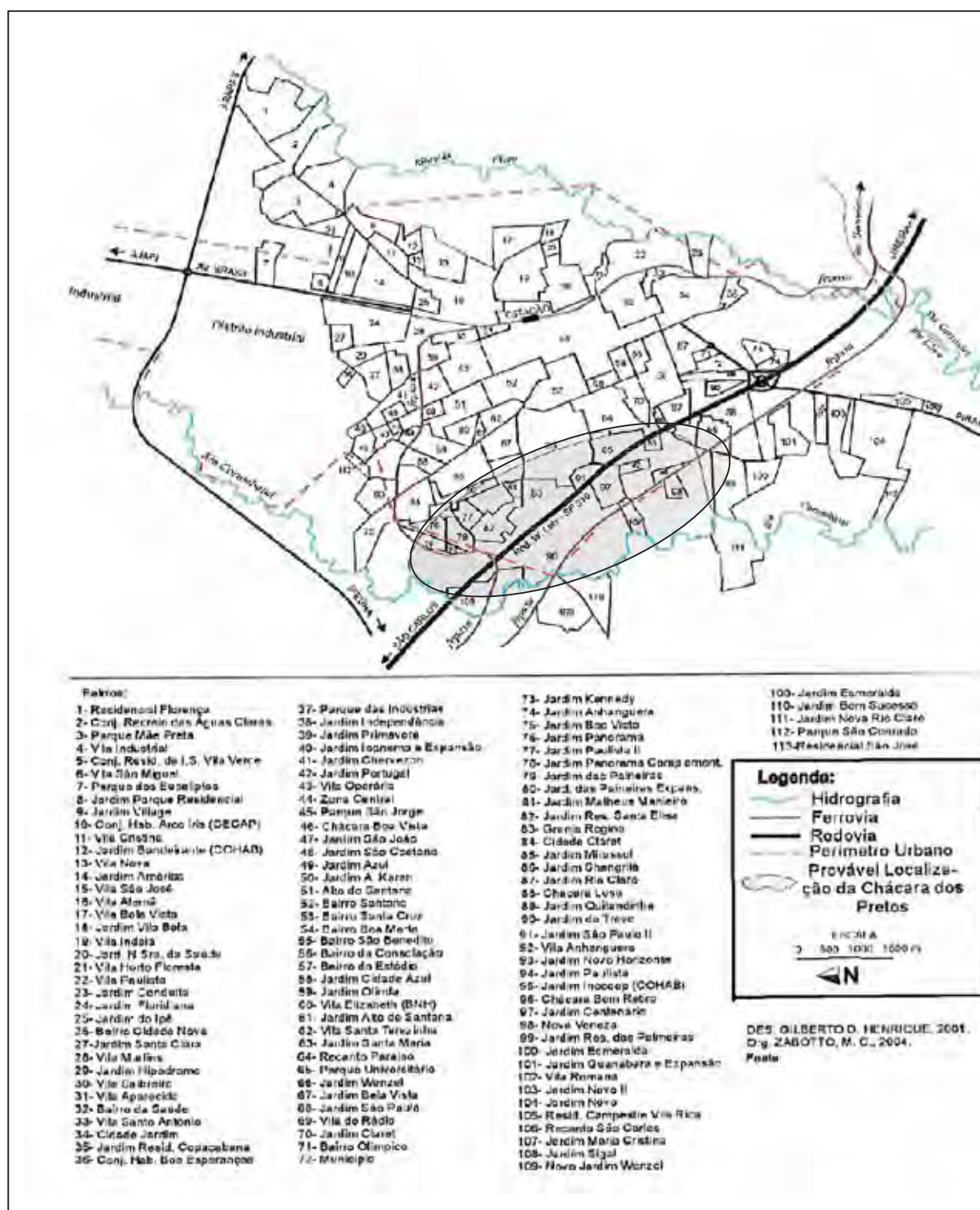
Em 1857 a viúva Maria Thereza de Jesus escreve uma carta testamento libertando seus escravos e doando a eles e a seus descendentes as terras da Fazenda Palmeiras, segundo Dean, p.41, esta fazenda cobria 254 alqueires (615 hectares) da cidade.

“a todos os meus escravos, aos quae dou a liberdade, a minha Chácara com todas as benfeitorias e os trastes de uso interior da casa para todos em comum gozarem. Declaro que esta chácara nunca será sujeita a dívidas e nem por forma alguma será alienada porque assim como seus descendentes terão dela o usufruto. Declaro que os escravos que deixo em cativeiro desde que conseguirem sua liberdade ficarão com igual direito da dita Chácara”. (Jornal Diário de Rio Claro, de 13/06/1985)

Maria Tereza vivia sozinha na antiga Fazenda Palmeiras, esta ficou doente por muito tempo e segundo informações, sem filhos e sem marido, quem cuidou dela foram os escravos. Com o passar do tempo ela melhorou e talvez para demonstrar a sua gratidão doou as terras, os escravos foram os únicos beneficiados do seu testamento. As famílias beneficiadas são Da Matta, Marques e Santos.

Por mais de meio século os moradores da “Chácara dos Pretos” ou “chacrinha” viveram a sua forma e dentro dos seus valores socioculturais. É interessante ressaltar que após a abolição da escravatura esta chácara tornou-se ponto de referência para a comunidade negra do município, havia muita fuga de escravos e muitos podem ter se escondido por lá, o que com certeza não agradava nem um pouco os brancos vizinhos.

Mapa 3 - Provável Localização da Chácara dos Pretos em Rio Claro, SP.



Segundo depoimentos, a Chácara dos Pretos foi onde mais se concentrou a comunidade negra, lá também se fazia a festa do Tambu no dia 13 de maio e em outras datas comemorativas, dizem que era ponto “obrigatório” para as festa e de grande identificação por parte da comunidade negra.

A área é roubada em 1954, um golpe aplicado por comerciantes, advogados e autoridades jurídicas da cidade, que se aproveitam da ingenuidade e do analfabetismo de alguns moradores para passar toda a área, já então muito valorizada, para seus nomes.

O Diário do Rio Claro de 13 de junho de 1985, registra de que maneira na época se desenrolou o caso:

Alfredo da Matta, segundo consta nos arquivos do Fórum local trabalhava por volta de 1954 como intermediário na venda de lotes para Waldemar Karam e Fernando Macha. Na mesma época ali também exercia essa atividade. Hélio Hussni. Antenor Chiossi era vereador na Câmara Municipal. Antonio Pederico era Oficial Major no Cartório do 1º Ofício, Hygino Pereira era Tabelião e Rui Cassavia advogado.

Até então os descendentes de escravos de Maria de Jesus eram proprietários, por força de testamento registrado em cartório, das terras da conhecida chácara dos Pretos. Foi quando surgiu em cena o testa de ferro (termo usado pelos advogados Alfredo Perez Munhoz e Carlos Américo Reges) Samuel de Andrade, proprietário de um bar na Filarmônica. Samuel que também fazia transações imobiliárias, conseguiu que os herdeiros passassem a ele a propriedade das terras.

Para tanto, o garçon e proprietário do bar BA Filarmônica, conseguiu que nove dos mais antigos descendentes de escravos assinassem documentos que tornavam legal a transação. Todos os nove eram analfabetos e um deles, justamente Alfredo da Matta (internado anos depois), louco.

Uma vez cessionário daqueles direitos, Samuel de Andrade propôs Ação de Usucapião em nome dos descendentes, ação julgada logo em seguida, dois meses depois. Após garantia de Ação, assinalam pessoas da época, Samuel retornaria a propriedade aos herdeiros, fato que por motivo ainda não esclarecido não veio a acontecer. Junto a setores jurídicos soube-se que por ser o cessionário pessoa sem recursos, utilizou-se ele dos trabalhos profissionais de alguns advogados da cidade, entre eles, Rui Cassavia, garantindo-lhes o pagamento dos honorários em terras. Fato que veio a acontecer.

Em 1972 foi aberto um processo para defender os direitos de Alfredo da Matta que teria sido prejudicado na transação. A ação deu entrada no Fórum a 7 de abril a pedido de João dos Santos Filho, então curador do herdeiro. O ponto principal da tese dos advogados centrava-se no fato de Alfredo ser doente mental e irresponsável para assinar documentos de cessão de propriedade. Nesta época o cedente já estava internado em hospital psiquiátrico e anos antes havia matado uma pessoa numa de suas crises

Em 1982 a 5ª Comarca Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, por unanimidade de votos, negou provimento ao apelo do curador por considerar

que não houve provas suficientes que constatassem a loucura de Alfredo da Matta, o mesmo morreu (a 10 de junho de 1985) no hospício depois de 21 anos de internação. O resultado do processo baseou-se, entre outros, no depoimento de Hélio Hussni, que tinha contato com Alfredo no início de toda a transação. Segundo Hussni, nunca observou-se nada de irregular na conduta do cedente.

Na realidade o que determinou a decisão um juízo foi o fato da ação haver prescrito em 1958, quatro anos após o início do negócio. Nota-se no processo que a ação promovida em 1972 referia-se apenas ao caso de Alfredo na Matta e mesmo que lhe fosse dado um resultado favorável, teria ele conseguido apenas o direito quanto à sua parte. Os demais herdeiros não conseguiram suas terras de volta.

Hoje a questão é considerada definitivamente encerrada e por decisão judicial ficou garantida a venda da terra. Entre os proprietários que estão estabelecidos na área, outrora Chácara dos Pretos, encontram-se a Fábrica de Papelão COMAPA, FEPASA, DER e compradores de terras de Nivaldo José Chiossi, Samuel Manoel Andrade, Antenor Chiossi e João Martins (Jornal Diário do Rio Claro, de 13/06/1985).

Durantes anos o caso foi julgado, porém sempre houve o favorecimento da elite branca local. Este é um exemplo da condição de desvantagem histórica que viviam os negros rio clarences, que além do racismo e da discriminação, sofriam a falta de redes de proteção da elite e o descaso por parte da justiça formal. Tais casos aconteciam de inúmeras formas em Rio Claro, seja quando o negro herdava de alguém alguma propriedade, seja quando conseguia comprá-la. Enquanto isso, gradativamente, imigrantes e descendentes iam adquirindo suas propriedades na cidade (Pereira, 2004).

A luta pelo direito da “Chácara dos Pretos” se estende até os dias de hoje, a área está em processo de reconhecimento como comunidade quilombola do estado de São Paulo pelo Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo). Em quatro de fevereiro de 1998, o Decreto nº 42.839 regulamentou o artigo 3º da Lei nº 9.757, de 15 de setembro de 1997, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos remanescentes das comunidades quilombolas, a partir de dados histórico-sociais, escritos e ou orais, por meio de Relatório Técnico-Científico (RTC), a ser elaborado pelo Itesp.

Imagem 1:

Tabela 2. Comunidades apontadas pelo Itesp para reconhecimento	
Comunidade	Município
Os Camargo	Votorantim
Fazendinha dos Pretos *	Salto de Pirapora
Carmo*	São Roque
Abobral	Eldorado
Castelhanos	Iporanga
Bananal Pequeno	Eldorado
Chácara dos Pretos	Rio Claro
Jaú	Jaú
Tamandaré	Guaratinguetá
Bairro Peropava	Registro
Poço Grande	Iporanga
Anta Magra	Barra do Chapéu
Tocos	Barra do Chapéu
Piraporinha, Jucurupava e Itinga	Salto de Pirapora
Piririca	Iporanga

Fonte: Itesp/Assistência Especial de Quilombos - ano 2007

* Os antropólogos do MPF estão realizando um diagnóstico da situação na área.

A área pertencente às famílias descendentes dos escravos que receberam legalmente a “Chácara do Pretos” está ocupada ilegalmente pela Fábrica de Papelão COMAPA, FEPASA, DER, Condomínio José de Castro, Faculdade Claretianas, NEOQUÍMICA, chácaras de aluguel, além das inúmeras moradias. Em um sítiosinho a família Marques resiste no local, último espaço ainda ocupado por seus legítimos donos.

Imagem 2:



Em 20/10/2011 foi realizada uma reunião com a Assistente Especial de Quilombos da Fundação ITESP¹, Maria Ignez Maricondi, no Arquivo Público de Rio Claro, nesta estavam representantes da prefeitura, UNESP, irmandades religiosas, CONERC, entre outros. Foi detalhado o caso a representante que orientou quais as medidas necessárias para dar encaminhamento ao processo de levantamento e reconhecimento da área.

¹ Instituto de Terras do Estado de São Paulo/ Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania)

4.3 Quilombo da Cabana do Mato:

Segundo as histórias contadas por Dona Ângela, Dona Diva, Sr. Ariovaldo toda a região onde se localiza hoje o Parque Municipal Lago Azul e o Centro Cultural Rio Claro (Rua 2, nº 2880) e seus arredores, era conhecida como Quilombo da Cabana do Mato ou, como alguns preferem chamar, Quilombo das Mulheres. O Parque é um local de importância simbólica, segundo Dona Ângela ali, não se pode falar ao certo onde, existe uma nascente sagrada para os povos que ali viveram e realizaram suas festas e rituais. Dona Ângela nos revela que ele foi fundado por sua família, em especial pelas mulheres, pois eram elas que permaneciam no local.

O Lago Azul situa-se no norte da cidade, entre o bairro de Santana e Vila Aparecida, ocupa uma área de aproximadamente 130.000 m². O projeto foi aprovado na gestão do prefeito Álvaro Perín, em 1971, com finalidade turística, conteúdo orquidário, restaurante, sanitários, parques, estacionamento, plantio de árvores decorativas de espécies variadas e o lago, com área de 35.600 m².

O lago contribuiria para a drenagem e regularização do córrego da Servidão. A partir do Lago Azul o córrego da Servidão é canalizado, correndo sobre ele a Av. Visconde do Rio Claro. Funcionando como um reservatório para a absorção de parte das enchentes, aliviando assim a galeria da Avenida, que não tem condições de atender a vazão das duas bacias contribuintes que o compõem.

Em novembro de 1977, na gestão do Prefeito Nevoeiro Junior foi assinado o contrato de elaboração do projeto para a construção do Centro Cultural de Rio Claro ao lado do Lago Azul. Nenhum dos dois projetos foi completamente concluído e, por falta de planejamento, quando ocorrem grandes chuvas há um aumento das águas do lago que inunda a parte do Centro Cultural. As condições geológicas dessa área faz dela uma região de nascentes, na região ocorre o afloramento do folhelho Corumbataí, que favorece o aparecimento de uma área de muitas fontes úmida durante todo o ano, logo impróprio para tais construções.

Em visita ao local alguns moradores falaram de como era diferente essa região e da marcante presença da palmeira Guariroba¹, “em frente era tudo de Árvore Guariroba, hoje em dia quase não se vê mais”. Tal característica foi confirmada por Dona Ângela, “era uma frutinha muito gostosa”.

Nesse espaço os negros estavam distantes dos olhos opressores dos brancos, logo era um espaço de manifestações e toque do Tambu. Há indícios da ocorrência do Jongo no local, “o Jongo é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, dança coletiva e elementos mágico-poéticos. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo os de língua bantu. Esta manifestação consolidou-se entre os escravos que trabalhavam nas plantações de café e cana de açúcar, localizada no Sudeste brasileiro, principalmente no vale do Paraíba do Sul. Ela é uma rica herança da cultura negra e foi Proclamado Patrimônio Cultural Brasileiro em novembro de 2005 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)”. (Dossiê Iphan 5 - Jongo no Sudeste)



Foto 7 - Igreja de Nossa Senhora Aparecida – Monique Faria - 2011

¹ A guariroba ou gueroba (*Syagrus oleracea*) é uma palmeira nativa do Brasil, produz em especial amêndoas, que servem para alimentação e extração de óleo para uso na culinária e na fabricação de sabão, palmito, e palha. Ocorre nas matas das regiões Sudeste, Centro-Oeste e sul da região Nordeste e também nos cerrados e caatingas, seu corte, para a extração do palmito é proibido por lei. Sendo quase todas suas partes aproveitáveis é muito usada em pequenas comunidades em construções e na alimentação. Sua ocorrência é indício de terra fértil.

Com o crescimento da cidade a área foi sendo tomada pela expansão urbana e especulação imobiliária. Outro fator significativo na perda desse território de referência histórica e simbólica para a comunidade negra, apresentado pelos mestres e Griôs, é a chegada da igreja católica, o local onde esta construída a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, foto 7, fazia parte da área do quilombo e com o tempo passou a ser freqüentada pelos negros, que foram mais uma vez empurrados para regiões mais periféricas do, agora, novo centro da cidade.

4.4 Buraco Quente

O Buraco Quente se localiza nas redondezas da Av. 17 com a Rua 16, entre o limite dos bairros da Consolação e Estácio, antigos “Buraco Quente” e “Vila dos Apertados”, respectivamente, isso até meados da década de 60.

“na minha época a Vila do Estácio era a Vila dos apertados. Sabe por quê chamava vila dos apertados? Porque o Schmidt, naquela época, era dono de toda aquela região. Os terrenos eram todos da família Schmidt. Então o sujeito ia, comprava um metro de tijolo com muito sacrifício para fazer um andarzinho. No final ela cobria a casa e entrava sem porta, sem janela, condição de miséria mesmo. Era uma fábrica de favelas, por isso chamava Vila dos Apertados (Entrevista com Antonio Joel Conceição, PEREIRA, 2004, p.63).

A área foi ocupada após a abolição, segundo depoimentos era depois da “Chacrinha” o de maior concentração de famílias negras no município e um dos locais característico da ocorrência do Tambu. Todo a região era conhecida pelo existência Cemitério e do leprosário (atual Bezerra de Menezes) “ninguém queria ficar lá, por isso que os negros se aglomeram lá”, D. Diva. A proximidade com a Chácara dos Pretos também pode ter influenciado na concentração da comunidade negra nesta área. Em entrevista cedida a Nascimento, (2005), o Senhor Se (2004) conta um pouco:

“no bairro do Estácio mesmo, eles chamavam aquele bairro de Buraco Quente, não é, chamavam de buraco quente lá, e lá a comunidade negra é imensa, que era mais que aquela região, lá pros lados da zona sul, que era mais eles que dominavam aquela parte. Mas antes de eu ter nascido acho que já tinha alguma coisa, né, essas pessoas mais antigas, mas do que eu me recordo de lá pra cá é isso o que eu tenho na memória.”

O nome está vinculado à grande quantidade de briga, “tinha que reza para chegar aqui quando tinha futebol”, “mexia e metiam a faca”. O Tambu ocorreu por algum tempo no local, segundo depoimento do Sr. Ariovaldo entre os anos de 1958 e 1970 houve grande ocorrência dessa manifestação. O ponto de encontro era o bar do Fideli, atual Padoka.



Foto 8 – Antigo Bar do Fideli - Monique Marques de Faria – 2011

Na mesma Rua do Bar do Fideli, atual Padoka, fica a rua do Beco, em frente ficava o campinho, no local ainda é possível encontrar algumas casas antigas, e o Bordel de Maria Galo, outro ponto de referencia do bairro, hoje a casa esta abandonada, porém a fachada permanece a mesma.

A festa de 13 de maio ocorria no campo do Buraco Quente. Ao questionar um morador local sobre o bairro e o Tambu recebi a seguinte resposta: “saudades, aquele tempo era bom, olha o que aconteceu, como a cidade está hoje, esse tempo era bom”, e completa, “agente ta vivo graças ao batuque”. (Senhor “C” 21-09-11)

Em entrevista realizada por Nascimento (2005) o Senhor S (2004) relata que “o prefeito queria desapropriar para fazer, mudar o campo pra lá. O campo de aviação é também de uma negra de São Paulo, o pessoal esta brigando na justiça para reaver todo o espaço da aviação.” As terras onde esta o bairro pertence a uma pessoa que parece ter sido da comunidade negra e mesmo sem autorização da dona o poder público se apossou das terras e isso deve ter sido depois da desarticulação da comunidade. Mais uma área de negro que foi usurpada e desta vez por uma pessoa ligada à política publica da cidade. (NACISMENTO, 2005, p.35)

4.5 Figueira de São Benedito:



Foto 9 - Figueira de São Benedito- Av 13 – Monique Marques 2011

Localizada na Avenida 13 entre as Ruas 9 e 10, em frente a Igreja de São Benedito, esta árvore é um marco da história dos negros e negras da cidade de Rio Claro. “Essa região toda era um Quilombo, moravam muitas famílias, minha mãe contava que bateram nos negros, queimaram as casas, o medo era crescer a cidade e ficar a comunidade negra lá. Demorou 40 anos para eles construírem a Igreja depois que tiraram os negros de lá.” (Dona Diva, outubro de 2011).

“A religião”, escreve Feuerbach, “é o solene desvendar dos tesouros ocultos do homem, a revelação dos seus segredos íntimos, a confissão aberta dos seus segredos de amor”. A religião é a proclamação da prioridade axiológica do coração sobre os fatos brutos da realidade. Ela é a recusa, por parte do homem, de ser digerido e assimilado ao mundo que o cerca, em nome de uma visão, de uma paixão, de um amor. (ALVES, 1988, p. 19)

Deixo que as palavras do pesquisador Paulo Rodrigues nos apresentem mais detalhes sobre ela:

Aqui é a primeira das primeiras figueiras plantadas da cidade, ela é de 1872-73, foi quando foi plantada. Ela tava na época que foi plantada, ela tava fora da cidade, aqui foi, provavelmente foram os escravos libertos, os escravos libertos que plantaram para fazer o batuque, a partir daqui que ele começou, o Tambu, a umbigada. Era feita nessa região fora da cidade, sem a presença da população, mas com o tempo a cidade foi crescendo e para aproveitar a presença do negro aqui a Igreja resolveu colocar, construir a Igreja de São Benedito, que ela foi construída em 1905, então você vê quanto tempo demorou para construir a igreja. Durante esse período todo eles ficaram no mato aqui, no matagal, e a cidade para valorizar, para crescer a cidade eles trouxeram, foram trazendo as ruas aqui. Vocês podem ver que a Figueira ela tá fora do alinhamento, quer dizer, ela foi plantada e a cidade que mais, que tentou acertar a quadra, né, mas ela acabou ficando fora do alinhamento.

Eles mantiveram o batuque aqui, o Tambu, até 1922-1923, teve um problema com a Igreja, aí o pessoal foi obrigado a sair, a Igreja, o padre que tomava conta era Italiano, os italianos geralmente eram muito racista e começou dar problema, de que havia umbigada, o Tambu deu sempre problema em Rio Claro por que o pessoal achava que era uma coisa de promiscuidade, os casais batiam o umbigo, então isso era, de uma certa maneira, escandalizava a sociedade, então para moralizar eles colocaram a Igreja, mas mesmo assim o Tambu continuou até 1922 – 1923, aí foi transferido para a Boa Morte e depois lá onde é o Paulo Koelle, que era o São Roque, Largo de São Roque.

Então tem 3 três Figueiras aqui no centro: Uma na Boa Morte, uma no Joaquim Sales, que era o antigo cemitério e outra aqui. E a Figueira representa o *Iroko*, que era um dos filhos de Nanã, ele é um portal para transformação, então ele está ligado aos ancestrais, por isso que tem uma no antigo Cemitério e aqui provavelmente onde tiver uma Figueira o espírito dos negros estão presentes, então se vocês conseguirem trazer, alegrá-los, eu acredito que eles vão ajudar a inspirar vocês a descobrir a, esse misterioso, essa maravilhosa sonoridade que é o batuque, que depois virou samba. Então é isso aí! (Vídeo Figueira de São Benedito – Grupo Banzo 17/03/2007)

A figueira era uma árvore tradicionalmente sagrada na área mediterrânea, em toda a África e em partes da Ásia. Há relatos de que o plantio dessa árvore fazia parte dos rituais de fundação de cidades da região.

“Os rituais de implantação de fundamentos são longos e complexos, cheios de detalhes realizados por verdadeiros especialistas. Segundo a tradição iorubá era indispensável a presença de um sacerdote de Ifá e um sacerdote de culto dos caçadores na fundação de cidades e estabelecimentos. Plantar certas árvores, e com certos cuidados rituais, era uma tarefa dos caçadores quando necessário o desdobramento de matas, isso era uma parte imprescindível do pacto do povo iorubá com os poderosos espíritos da floresta.” (SILVEIRA, 2006, p.520-521)

A Igreja de São Benedito foi inaugurada em 16 de janeiro de 1905, foi erguida pelos negros, Sr. Arioaldo conta que “os escravos que fizeram a Igreja, com barro carregado na “carritela”, carroça de Boi”.

Foto 10 - Igreja de São Benedito em construção 1901
Arquivo Histórico de Rio Claro



A construção da Igreja parece estar relacionada com dois principais fatores: a expansão urbana e a questão religiosa, com a ocupação desse território, que até então era periférico, as manifestações religiosas e culturais da comunidade negra passam a ser um incômodo para a elite branca local. Para Ortiz, p. 27, “a desagregação do universo mítico afro-brasileiro não se reduz unicamente a uma relação quantitativa entre grupos de cores diferentes: é sobretudo a dominação simbólica do branco que acarretará o desaparecimento ou a metamorfose dos valores tradicionais negros” :

“os escravos antes de ter a Igreja eles faziam uma série de oferendas, de culto, oferendas em frente daquela Igreja, isso incomodava a elite daqui de Rio Claro, os escravos fazendo aquelas coisas lá, quer dizer a população ficava chocada de ver, né. E aí o que os caras fizeram para desviar a atenção, fizeram uma de São Benedito, que é dito Santo Negro, né, por que, pros negros sair da religião deles ali, dos cultos deles ali na Figueira, e andar 50m e entrar dentro da igreja, então eles iam abandonar o culto dos africanos deles, pra que, para cultuar um santo católico negro.” (Daniel Moi - Vídeo Danças Afro-brasileiras na Cidade de Rio Claro: O Batuque de Umbigada e a Congada de São Benedito – Portal Memória Viva)

Lembremos que “o território favorece o exercício da fé e da identidade religiosa do devoto. De fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço. O território torna-se, então um *geossímbolo*¹ (BONNEMAISON, 1981).” (ROSENDAHL, 2007, p. 195)

“é pela existência de uma cultura que se cria um território, e é pelo território que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço” (BONNEMAISON, 1981, p. 251 *apud* Rosendahl, 2007, p.187)

¹ Para Bonnemaïson o território é impregnado de geossímbolos, ou seja, “um espaço cultural” carregado de significações e afetividades.

4.5.1 Festa de São Benedito:

*Mamãe fez uma promessa para em vestir de anjo
Me vestiu de azul celeste, na cabeça um arranjo
Ouvu-se a voz do festejo no meio da multidão
"Menino Preto não sai aqui nessa procissão"
Mamãe mulher decidida ao Santo pediu perdão
Jogou minha asa fora mi levou pro barracão*

*Lá no barraco tudo era alegria
Nego batia na zabumba e o boi gemia*

*Eu era minino mamãe disse vamo embora
Você vai ser batizado no samba de Pirapora
(Domínio Público)*

A irmandade de São Benedito parece ter sido fundada em 1855. Essas instituições surgem no país como um instrumento para despertar a fé e a devoção dos homens pretos aos santos. Mesmo sendo um culto ligado ao controle social entre os cativos, imposto de fora para dentro como consequência de uma etapa de cristianização e submissão para os negros, sofreu grandes recriminações e foi possivelmente extinta em 1884.

Mesmo sem a existência legal a irmandade permaneceu atuando na informalidade, porém as pessoas do grupo não podiam mais administrar a igreja e suas atividades religiosas deixaram de estar ligadas diretamente a comunidade negra local.

"Mas a maior criação cultural feita no Brasil é a representada pelo cristianismo popular. Colocados à margem do sistema político e religioso, os pobres, os indígenas e negros deram corpo à sua experiência espiritual no código da cultura popular que se rege mais pela lógica do inconsciente e do emocional do que pela lógica do racional e do doutrinário. Elaboraram assim uma rica simbologia, as festa aos seus santos e santas fortes, uma arte colorida e uma música carregada de jovialidade. (...) O sincretismo urdido de elementos cristãos, afrobrasileiros e indígenas representa outra criação relevante da cultura popular. Ele mais e mais vai caracterizando a atmosfera espiritual do brasileiro." (BOFF, 2000, p.102)

É necessário destacar que São Benedito já era cultuado na África, mas sua cor popularizou-o, segundo Câmara Cascudo, entre os negros do Brasil onde o santo teve grande prestígio. Talvez pela particularidade de ser um santo de cor negra, os negros passaram a realizar festas religiosas, num evento que uni diversões sagradas e profanas caracterizado pela presença dos estandartes do santo de devoção, pela comilança ritmada pelo batuque negro e ou cortejos de reisados.

O Tambu passou muitos anos sem ser tocado em Rio Claro. Em 2003 alguns descendentes dos antigos mestres batuqueiros, que chegaram a freqüentar a festa quando pequenos, em união com a Pastoral Negra¹ de Rio Claro passaram a se encontrar, segundo Nascimento, 2005, todos os domingos no pátio interno da Paróquia de Santana, responsável pela Pastoral, para ensaiar e falar como era o Tambu na época de seus pais. Com o passar do ano acharam que já estava na hora de uma apresentação pública. “Então no dia da posse do “Q” no Centro Cultural, foi a primeira vez depois de 40 anos que dançamos o Tambu”, Dona O, 2004, Nascimento, 2005, p.51. Era o evento da posse do diretor do CONERC.

Em outubro do mesmo ano em uma parceria do CONERC, Comunidade de São Benedito, Grupo BANZO, novo grupo do Tambu e colaboradores ocorreu novamente a festa. A prefeitura cedeu tecidos para a confecção das roupas, estrutura de palco, som e iluminação, o Grupo Banzo realizou o contato com os grupos de Piracicaba, Tietê e Capivari, que estava enfraquecido devido o longo período sem a festa.

Seguindo a tradição foi organizada uma procissão para iniciar as festividades, esse ritual era sempre realizado pelos antigos antes das festas do Tambu. Os grupos convidados compareceram, o pátio da Igreja de São Benedito estava cheio de gente novamente. Além dos grupos de tradicionais de Piracicaba, Tietê e Capivari, houve a participação de grupos folclóricos e o Jongo com o batuque do Tio Tonho.

¹ A Pastoral Negra faz parte de um “projeto” da Igreja Católica que visa assimilar elementos culturais desses povos e trabalhá-los de forma diferenciada, é característica a realização de missa-afro.

Foto 11 - Imagem da Procissão pintada no interior da Igreja de São Benedito



Monique Marques de Faria 2011.

Com certeza essa foi uma grande vitória, porém a comunidade ainda precisa lutar em busca de união e rearticulação. Sofre com a ausência de repasse de verbas do poder público, suas festas e participações estão limitadas a eventos da cidade, que não são motivados pelo próprio grupo, demonstrando certa desarticulação.

Neste período surge a Congada de São Benedito de Rio Claro, também fruto do catolicismo afro-brasileiro, é uma dança de cortejo ou de Reisado, um grupo de dançarinos simula a chegada para defender o Rei do Congo. Com a congada o grupo passa a ser convidado para eventos de cultura popular, em especial o Encontro de Congadas em Aparecida do Norte, o que possibilita o contato com diversos grupos e manifestações.

Uma das primeiras manifestações que o escravo usou, utilizando o tambor para se comunicar foi a congada, foi o congado, os congados, os reisado e os europeu vendo que o negro tinha aquela, aquele costume de se reunir para tocar, aquele instinto guerreiro, eles tinham o costume de fazer uma representação onde eles coroavam os reis deles, africanos, né, então quer dizer, sempre tinha um rei, uma rainha, os guerreiros, e a congada é mais ou menos baseada nessa representação: coroação de um rei e de uma rainha, a guerra de um povo contra outro. Vendo isso os europeus eles mudaram o foco da questão dos ancestrais africanos para a questão do culto a nossa Sra. do Rosário, ao São Benedito, então por isso que tem tantas congadas de São Benedito para todo lugar que você vai, por que jogou para o lado da religião

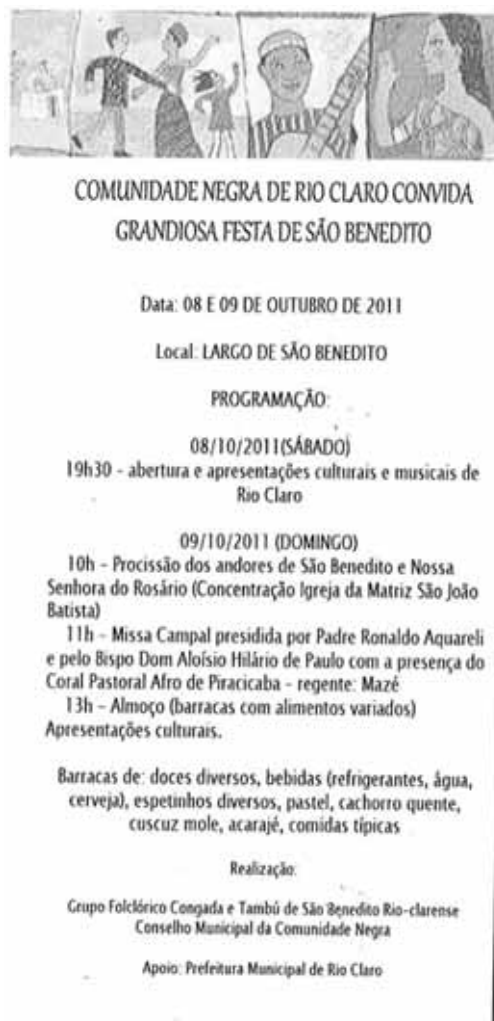
católica que é de São Benedito, e eles tentaram transformar esse instinto guerreiro dos africanos que era em muito maior quantidade que os europeus no Brasil para eles, digamos, serem catequizados dentro da religião católica. Utilizando as danças deles para eles representar uma guerra que tinha uma vitória imaginária e de um povo contra o outro, geralmente era dos Católicos em cima dos Mouros, que são os Árabes, né. E ao invés deles baterem o pau em cima da cabeça do Sr. de engenho eles batiam o pau entre eles né (Daniel Moi - Vídeo Danças Afro-brasileiras na Cidade de Rio Claro: O Batuque de Umbigada e a Congada de São Benedito – Portal Memória Viva).

Em 2004 ocorreu novamente a festa, porém vários fatores, entre eles a gravação da novela Escrava Isaura e a organização do carnaval de 2005 tirou o foco da comunidade negra da cidade. Sendo assim as atividades da festa não foram ligadas a cultura negra, o Tambu foi apenas mais uma das atrações organizadas pela paróquia, que teve bingo, pesca, comida típica Italiana, entre outros. Quem não conhece a história dificilmente associaria a uma festa voltada aos negros.

“No dia da festa só foi o congo e o Tambu. E atrás do palco tinha uma barraquinha de bingo com microfone e quando chegou a hora de dançar o grupo percebeu que as meninas novas que vão sempre quando o evento é grande desta vez não foram para dançar e as senhoras que faz parte do congo não dançam o Tambu. Acabei indo dançar com eles e começou a dança, acabava a primeira música ia começar a segunda começaram a cantar o bingo e o grupo teve que parar e esperar dar os números da cartela, bola dois, bola não sei o que... e foi assim. Tinha gente que sentou foi beber água e depois voltou para dançar e foram interrompidas várias vezes” (NASCIMENTO, 2005, p. 59).

Pude participar da festa realizada em Outubro de 2011. Com muita dificuldade e luta de alguns membros da comunidade negra e o apoio da Prefeitura, Arquivo Histórico, Paróquia de São Benedito, Congada Rosa de Atibaia, Cia Quanta de Teatro, Templo de Umbanda Lucia Olá, entre outros, o Grupo Folclórico Congada e Tambú de São Benedito Rio-Clarense e o Conselho Municipal da Comunidade Negra realizaram a Grandiosa Festa de São Benedito, o pátio da Igreja de São Benedito foi reocupado pela comunidade negra, segue programação abaixo:

Imagem 3:



Diferente da festa registrada em 2004, esta foi organizada pela comunidade negra, teve a tradicional procissão, comida típica, missa afro. Infelizmente o grupo de Rio Claro não se apresentou, reflexo do momento de desarticulação que vivência, nos últimos anos houve o falecimento de membros importantes da comunidade entre eles o de Dona Olga, grande articuladora e mentora do grupo.

No dia 09/10 choveu muito em Rio Claro e após a apresentação da Congada Rosa de Atibaia representantes da prefeitura retiraram o equipamento de som da festa, com a justificativa da chuva danificá-los, essa ação inviabilizou a apresentação de grupos culturais da cidade e terminou com a festa mais cedo.

4.6 Largo São Roque (Antigo Buracão)

O Antigo Buracão, ou largo São Roque, se localiza na Rua 12, entre Av. 3 e Av. 5, em visita ao local com o Sr. Ariovaldo verificamos a atual ocupação pelo colégio Paulo Koelle. Em 1883, colonos alemães e suíços, contrataram o Professor e Pastor Theodor Koelle que fundou a “Escola Alemã”, conhecido hoje como Colégio Koelle.

Segundo relatos era lá o Tambu, o Samba Lenço e o Samba, possivelmente entre os anos de 1949 e 1964 “neste tempo não tinha congada”. Para baixo era o Bordel da Maria Mineira, “antigo 12”.

Ao que parece as festas do Tambu se concentraram até a década de 50 no pátio da Igreja de São Benedito, nesse período ocorre o falecimento do padre e sua substituição por um italiano, Monsenhor Boti, este parece ter dito um certo preconceito com os negros, a comunidade passou a ter algumas dificuldades para a realização da festa do Tambu no 13 de maio em frente a igreja. Por essa razão eles foram mudando e passaram para o Largo do São Roque. Segundo Nascimento, 2005, p.38, ali já era periferia, o fim da cidade, porém com a mudança eles começaram a ter problemas com a policia, parece que no mesmo período mudou o delegado, sendo este, citado como mais moralista e opressor, se intensifica a repressão em relação ao negros e suas manifestações, que incomodavam a maioria dos moradores brancos da cidade.

“13 de maio eles falam o dia da abolição, que aqui em Rio Claro foi em fevereiro, dia 05 de fevereiro, então eu pergunto pra eles, “gente o que aconteceu no dia seguinte?”, então no dia seguinte estavam livres né, quando foi para dar a libertação veio a delegacia né, antes né, o Barão trouxe a delegacia de vadiagem para Rio Claro. A lei para o negro vem sempre assim com emendas, né” (Conversa Griô Diva e Angela. Portal Memória Viva – Arquivo Histórico de Rio Claro).

É importante destacar que a Igreja de São Benedito é um local de referência histórica da comunidade negra da cidade, a mudança de local afastou esta população das suas identidades e dos espaços ligados aos cultos religiosos, realizados no local pelo menos desde 1872 quando foi plantada a figueira em frente à atual Igreja além de o espaço do Buracão, bairro Dom Pedro II, ser distante da região Sul da cidade, caracterizada pela concentração de população negra.

O juiz de direito e pessoas ligadas aos “bons costumes”, segundo eles, estavam irritados com este festejo, eles queriam a punição disso, aí a proibição, a repressão a todo custo. Na época do prefeito Benedito Pires Joly, década de 1950, a Câmara Municipal havia pedido para fotografarmos o Tambu como parte dos festejos (da cidade). Depois nós viemos a descobrir que não era isso. Essas fotografias foram anexadas pela polícia para o poder judiciário e acabaram de vez com esse sistema, aniquilaram uma dança. Ninguém sabe... você não vai achar (essa história) em lugar algum desse planeta. A testemunha sou eu e meu pai que já faleceu (Entrevista com Roberto Copriva, PEREIRA, 2004, p.64).

Atualmente a região esta totalmente urbanizada, este é outro espaço da comunidade negra que foi usurpado e camuflado pela especulação imobiliária, sendo hoje ocupado por um colégio de referencia alemã na cidade.

5. Da Resistência Ao Lugar: a Materialização Da Reivindicação Do Espaço Negro.

De acordo com os entrevistados os negros eram impedidos de ter acesso aos clubes da cidade, Pereira, 2004, apresenta o seguinte relato do Sr. Durval Augusto sobre o assunto:

nós queríamos que a comunidade negra freqüentasse o Grêmio, isso acho que foi mais ou menos em 1956, pois o inglês Blat falou que poderia aceitar todas as famílias de negros de Rio Claro, desde que entrasse com uma quantia de jóia. Mas 99% da negrada não quis aceitar pagar essa jóia, e olha que era uma coisa interessante. Eles queriam fazer também um salão para a Escola de Samba, seria um salão dentro do Grêmio mas independente, assim poderíamos participar de todas as atividades, como esporte, bote futebol, poderia participar de tudo.

Em 1954 os senhores Aristides Souza Santos, Wandico Norberto, Osvaldo Augusto, Nelson Caetano e Amaro Faria dirigiram à Câmara Municipal um requerimento, solicitando que fosse doado aos negros da cidade um terreno, para a construção de sua sede social. Em abril de 1954 foi submetido na Câmara Municipal de Rio Claro o Projeto de Lei 25 – 54, no qual constava o seguinte artigo:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a abrir concorrência pública, na forma de lei, para cessão gratuita, por contrato de comodato, de uma área de terreno do patrimônio municipal que ela localizará, à sociedade de homens de cor que se proponha construir uma sede própria com a finalidade de congrega a classe, em um ambiente recreativo, esportivo e educativo (Projeto de Lei 25–54, de 1954).

Segundo Pereira, 2004, p.102-103, “na administração do prefeito Augusto Schmidt Filho, a prefeitura é autorizada a ceder terrenos para a Sociedade “Tamoio F. C.” e para a “Sociedade Beneficente José do Patrocínio” (Lei nº 567, de 21/12/1957), ambas constituídas por negros (Crônica dos Prefeitos de Rio Claro: 1908-1983, 1983, p.130). As sedes dessas sociedades seriam construídas apenas na segunda metade da década de 1960”. Em abril de 1961 foi realizada a solenidade da Pedra Fundamental do Clube José da Patrocínio, a sede ficou pronta na segunda metade da década de 1960, mesmo período para da sede do “Tamoyo”.

**Foto 12 - Lançamento da Pedra Fundamental da
Sociedade José do Patrocínio de Rio Claro - SP**



Fonte: acervo pessoal da família Copriva – anos 1960.

A doação desses territórios, extremos e periféricos da cidade, vinculam-se a necessidade de um espaço que concentrasse a comunidade negra, excluída de inúmeros espaços da cidade. É ainda a materialidade de uma resistência, conquistada através da reivindicação de um espaço social negro, o primeiro reconhecido juridicamente. Nas palavras de Dona Olga em documentário nº 80 “O Tamoyo” do Grupo Kino Olho, da Cidade de Rio Claro:

Pra falar a verdade foi muito sofrida, em Rio Claro agora que as pessoas estão mais amigas assim, mais no meu entender Rio Claro foi uma Cidade muito racista. Chegando na Av. 1 da Rua 3 até a Av. 2, descendo até a rua 4 era o único lugar que os negros podiam passear, aos domingos e feriados, era esse lugar, por que o jardim era fechado com um portão. Naquela época da minha idade, 12 anos, os negro não poderiam desce, por exemplo, na hora que tava todas as moças brancas podiam descer da rua 4 até na rua 6, subindo e descendo para passear, então os negros não podiam descer e encontrar com eles, era separado.

Chegou à data do Dr. Schimidh Augusto Filho, foi ele doou, pela prefeitura, o terreno ali o Tamoyo e lá na parte de baixo com o José do Patrocínio. Alguns negros freqüentavam o José do Patrocínio e outros então vieram para o Tamoyo, mas ninguém tinha sede, cada um suspendeu com suas forças. Agora o Tamoyo eles eram um clube, falava “Cacique do Samba”, mas era um clube de futebol, tinha os moços que jogavam futebol.

Segundo o depoimento eles suspenderam a sede em mutirões realizados nos feriados e aos domingos, depois do futebol eles iam para casa almoçar e voltavam para o terreno, quem sabia trabalhar de pedreiro fazia a parte de pedreiro quem não sabia era ajudante, assim subiram as sedes.

Quando não tinha o salão o prefeito da época deixava sair na rua dançando a escola de samba e depois reunião no ginásio de esporte para dançar, então dançava as duas escolas junto. O Dr. Schmidt que separou, deu um terreno para o grupo e cada um subiu sua sede. Quem freqüentava Tamoyo freqüentava Tamoyo, quem freqüentava o Patrocínio era da “Voz do Morro”.

Foi muito sucesso o Tamoyo muito sucesso mesmo, (...) até que chegou o último que foi Olívio de Souza, tá com quatro anos que esse Olívio faleceu, mas antes dele falecer, que o Tamoyo já tava com a maioria das pessoas, muitos já tinham falecido, e então já tava muito caído o Tamoyo, então esse Sr. chamado Mirinho, conversando com o esse Benedito Candido, que ficou junto com o Olívio, alugava lá, e fazia esse baile de noite, sete anos que esse Mirinho fez baile de noite, forró, essa coisa toda. Até que chegou essa época agora da Casamba que o Mirinho se afastou. Mas tem um grupo de jovens, que é filho desse Sr. Antonio Francisco que foi quase um dos últimos presidentes, formou uma diretoria do Tamoyo.

No final de sua fala Dona Olga se refere a “época da Casamba”, isso decorrente da atual situação que a sede do Tamoyo vive desde 2009. Segundo relatos a algum tempo a escola de samba A Casamba vinha utilizando o espaço da Tamoyo para a realização de atividades, entre 2008 e 2009 essa utilização foi intensificada e A Casamba entrou com solicitação de posse desse espaço. Sobre o ocorrido saíram algumas notas nos jornais locais, porém a sua maioria não esta mais disponível para acesso nos sites, em especial do Diário de Rio Claro, abaixo verifica-se uma reportagem do Jornal Cidade de 28-11-2009:



Foto 13 - Sede da A.B.C.R. Tamoyo – Monique Marques – 2011

Tamoio e Casamba vão fazer administração compartilhada de sede, diz Governo Altimari.

A escola de samba A Casamba e a Sociedade Tamoio vão compartilhar a sede desta última, na Rua 13, esquina da Avenida 23, no Bairro do Estádio, por um período de dois anos e três meses. A decisão, que obteve consenso entre as partes envolvidas, incluindo a Prefeitura de Rio Claro e a Câmara Municipal, com aval também do Conselho Municipal da Comunidade Negra (Conerc), foi anunciada na sexta-feira, 27, em reunião com o prefeito Du Altimari, no Paço Municipal.

O documento jurídico que viabilizará o uso comum do prédio, de propriedade do município, será definido nos próximos dias, mas Altimari confirmou aos presentes que A Casamba já está autorizada a utilizar o local em caráter precário, situação que se estenderá até que a Sociedade Tamoio e a própria escola se regularizem juridicamente, o que deverá ocorrer dentro do prazo acordado, de pouco mais de dois anos. Em linhas gerais, Tamoio e A Casamba utilizarão o espaço democraticamente, através de um Conselho, estabelecendo uma grade de programação que atenda às duas partes, sem prejuízo de uma ou de outra. Devem, ainda, assegurar 10% da renda líquida de suas promoções individuais para um fundo, que reverterá parte à realização de melhorias no prédio. No caso de promoções compartilhadas, cada entidade ficará com 40% da renda líquida e os 20% restantes serão absorvidos pelo fundo. O Conerc atuaria como fiscalizador do acordo de administração compartilhada do espaço, que também será alvo de um processo de tombamento como patrimônio histórico do município. As melhorias eventualmente realizadas serão incorporadas ao imóvel, que pertence à Prefeitura. O anúncio feito sexta-feira coroou um processo de negociações que movimentou as partes envolvidas ao longo das últimas semanas. Altimari

observou que "o entendimento obtido resultou do diálogo, do bom senso e dos esforços conjuntos dos vereadores, da direção de A Casamba, dos representantes da Sociedade Tamoio e do Conerc(...)". (Jornal Cidade - 28/11/2009 - 05h58)

Os clubes são espaços importantes conquistados pela comunidade negra da cidade, nas palavras de Kizie, documentário nº 80 "O Tamoio" do Grupo Kino Olho:

Era um ponto de referência pra mim na adolescência, o que eu vejo que minha irmã não tem hoje meus irmãos não tiveram a algum tempo atrás, eu tive. Por que assim, referência de comunidade negra que agente tinha como ponto de encontro eram esses clubes sociais ou Tamoio ou o Jose do Patrocínio (o Patrô) e com o esvaziamento desses clubes, até um veio ai a ficar sem telhado, ficar abandonado, a juventude foi ficando sem referência, hoje em dia você houve historia de adolescente, assim, não tem um ponto de referência, ou é shopping, ou é posto né, ou conversa ali na esquina. Quando fala Tamoio eu vou lembrar assim sempre com muito carinho, como um espaço que sempre recebeu bem a comunidade negra, a juventude, independente da necessidade, da opção, seja opção religiosa, política, cultural, sempre foi um espaço aberto. Então é essa a visão que eu tenho de Tamoio. Na verdade eu acho que tem sido muito positivo, agente tem muito ainda que conquistar, mas só de ter juntado uma galera, todo mundo no mesmo objetivo, e principalmente a maioria dessas pessoas serem jovens, isso ai já é um ponto positivo... são pessoas jovens que estão em busca de resgatar uma coisa lá de trás, então não é assim uma coisa, perdeu o espaço fazer o que né? Então as pessoas não estão acomodadas com essa situação, nem as jovens, nem o pessoal das antigas, então tá todo mundo se mobilizando, cada pessoa que pode da sua contribuição para da sua maneira, né, então tá todo mundo ai na busca do mesmo objetivo, de resgatar esse patrimônio, todo mundo cheio de idéia, todo mundo querendo fazer a ocupação lá dentro de alguma maneira, seja fazendo almoço, fazendo uma atividade cultural, fazendo fóruns, como já aconteceu, então essas reuniões, esse chacoalhão, né, que a comunidade negra levou, a partir dessa perda de espaço, serviu também para agente ta fazendo essa ocupação, então tudo isso foi muito positivo, muito positivo, eu acho que assim, principalmente para a juventude de agora ter um novo olhar do antigo.

É pelo território que se fortalecem as experiências coletivas ou individuais. O depoimento de Kizie deixa clara a ausência desses territórios na atualidade, desta forma a sede do Tamoio adquire ainda maior relevância para a comunidade negra, marco de suas lutas e conquistas, seu empoderamento pode ser a possibilidade de fortalecimento e centralização de suas atividades, recriando assim um espaço de troca e luta.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do Brasil é de grande riqueza, essa terra recebeu cada povo em seu momento, uniu muitos corações e universos em um mesmo território, seria extremamente gratificante concluir este trabalho me referindo a uma história de igualdade entre eles, porém infelizmente essa união gerou inúmeras perdas. Ao unirmos também exterminamos incontáveis mundos que aqui estavam. Em nome do desenvolvimento excluimos muitas vidas de sua terra natal e fertilizamos nossas lavouras, por mais de 300 anos, com o grau mais extremo da desigualdade, a escravatura. Por grandes indústrias e cidades devastamos nossas riquezas naturais, exploramos, manufaturamos, coisificamos, massificamos, ...

A estória que nos é contata exclui muito de nossa história, os africanos que aqui chegaram trouxeram em si sua cultura e forma e ver o mundo, esta é uma das colaboradoras efetivas da cultura brasileira, está presente em nossa língua, alimentação, manifestação, religiosidade, entre tantos outros que já se enraizaram em nosso cotidiano. Para que o que temos hoje fosse mantido foi necessário muita luta, inteligência, ressignificação e sofrimento. Tais heranças ainda não estão muito divulgadas no país, fruto de uma resistência declarada ou velada desde o início dessa relação, aqui se reafirma a importância das manifestações culturais, folclóricas, tradicionais, populares, seja qual definição se queira dar, o importante é que elas guardam muito em seus cantos e expressões, nelas estão presentes, graças a enorme inteligência desse povo, grande parte da história ainda desconhecida do nosso país.

O desenvolvimento da Cidade de Rio Claro teve sua base em um regime escravista explorador e cruel, muitos negros que aqui chegaram perderam suas vidas, porém essas estão marcadas nesse território, mesmo que a história ainda não esteja devidamente contada. Cada um desses espaços citados, no decorrer do trabalho, guarda parte da memória dos que por aqui passaram, infelizmente ainda pouco temos de registros e documentos e toda vez que morre um ancião, Griô, é como se uma biblioteca estivesse fechando.

Há alguns anos vem ocorrendo uma redescoberta da cultura africana através do mundo, o avanço do conhecimento favorece a abertura das mentes, porém muito dessa cultura e de suas práticas ainda sofrem com o preconceito. Um exemplo claro é a

dificuldade que a comunidade negra da cidade sofre na organização de suas atividades e na garantia de seus espaços. A congada de São Benedito não recebe nenhum tipo de apoio para sua manutenção, esse ano sua participação em atividades fora e dentro de Rio Claro foram inviabilizadas, entre outras coisas, por falta de transporte. A sede da Tamoyo ainda está ocupada pela A Casamba, mesmo que em processo de legalização. As terras da Chácara dos Pretos sofrem com ocupações ilegais a mais de 50 anos e com constantes perdas judiciais de um território legalmente dos negros, além da enorme periferização que se encontra a maior parte dessa população.

Teria ainda muito a se dizer, visto que o território brasileiro é imenso e repleto de realidades, porém irei concluir me referindo à palavra Ubuntu, de origem Bantu, que dissemina a seguinte filosofia: "eu só me completo através de você" ou "sou quem sou, porque somos todos nós!"

Para sermos Iguais

Só isso...

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, C. M. ; MOREIRA, E. C. *Imagens geográficas, contextos e manifestações culturais. XIII - Encontro de Geógrafos da América latina.* San José Herendia - Coata Rica, 2011.

ALVES, R. *O enigma da religião.* 4 ed. Campinas: Papirus, 1988.

ANDREWS, G. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988).* Bauru-SP: EDUSC, 1988.

AUGUSTO, J. M. *Educação Popular na influência das Manifestações Culturais.* Monografia apresentada ao Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro, 2011.

BOFF, L. *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BOURDIER, P. *A distinção: crítica social do julgamento.* São Paulo: Edusp, 2008.

BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante.* São Paulo: Brasiliense, 2001.

CLAVAL, P. *A Geografia Cultural.* Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. *O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Ação Humana.* In:

CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Z. (org), *Matrizes da Geografia Cultural.* Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

CORRÊA, R. L. ; Rosendahl Z. (org), *Introdução à geografia cultural.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 224p.

DEAN, W. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820 – 1920).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HAACH, L. T. K. *Com Deus Inicio meu Trabalho. Imigrantes de Origem Cultural Germânica e seus Descendentes – Rio Claro-SP.* Dissertação de Mestrado, UNESP/CAr, 1998.

HAESBAERT, R. *Territórios Alternativos.* 2ª ed, São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Concepções de Território para Entender a Desterritorialização.* In: SANTOS, M.; Becker, B. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HALL, S. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais.* Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NASCIMENTO, S. A. *O Batuque de Umbigada de São Benedito: Festa e Espaço Negro no Município de Rio Claro/SP*. Monografia apresentada ao Instituto de Geociência e Ciências Exatas da UNESP de Rio Claro, 2005.

ORTIZ, R. *A morte branca do feiticeiro negro*. 2ª ed.- Editora Vozes, 1991.

PEREIRA, F. A.S. *Poder Local e Representação Política: Negros e Imigrantes no Interior Paulista (Um estudo sobre o Município de Rio Claro-SP)*. Dissertação apresentada ao Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFSCar, 2004.

PEREIRA, F. A. S. *Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista: Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)*. Dissertação apresentada ao Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFSCar 2008.

ROSENDAHL, Z. *Espaço e Religião uma Abordagem Geográfica*. 2ª ed, Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

SERPA, A. et al. *O Trabalho de Campo em Geografia: uma abordagem Teórica Metodológica*. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 84, jul. 2006.

SILVEIRA, R. *O candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto*. Salvador, Maianga. 2006

SLOTEDIJK, P. *No Mesmo Barco*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

AGUIAR, C.M. *Educação e Saberes Correlação com a Natureza e a Cultura*. 1. Ed. Rio de Janeiro – RJ: Guanabara Koogan. 2010. v. 1. 217 p.

AGUIAR, C. M. *Educação, Cultura e Criança*. Campinas: Papirus. 1994. v. 1. 111 p.

ARANTES, O. B. F. ; Vainer C. ; Maricato E. *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p.

BASTIDE, R. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

CASCUDO, C. *Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral* – São Paulo: Global, 2004.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GENOVESE, E. D. A terra prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GUSMÃO, N. M. M. *Terra de pretos; terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: MINC/ Fundação Cultural Palmares, 1996. 260p.

MELO, E. *Da Natureza Afro-Religiosa: a (Re)significação Espacial dos Terreiros de Candomblé em São Paulo*. Monografia apresentada ao Departamento de Graduação em Geografia da PUC, 2007a.

MELO, E. *Dos Terreiros de Candomblé à Natureza Afro- Religiosa*. (in) *Último Andar: Cadernos de Pesq. em Ciênc. da Religião* PUC-SP. São Paulo, EDUC, nº16, p.55-69, junho, 2007b.

MORIN, B. *Ninguém Sabe o Dia que nascerá*. A compaixão Universal. Editora UNESP. Série Edgard Morin. Coleção Nomes de Deuses, 2000.

SANTOS, B.S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3ºed – São Paulo: Cortez, 2010.

TROPPIMAIR, H. *Rio Claro – Ontem e Hoje* – coletânea de artigos reportando a história da cidade de Rio Claro desde sua fundação até os dias atuais, 2008.

SITES:

<http://jornalcidade.uol.com.br/rioclaro/intervalo/intervalo/60794-Mais-70-pessoas-visitam-regiao-da-Mata-Negra-neste-domingo-pela-segunda-vez> acessado em 21 de Outubro de 2011

<http://jornalcidade1.tempsite.ws/rioclaro/intervalo/carnaval/52819-Tamoio-e-Casamba-vao-fazer-administracao-compartilhada-de-sede-diz-Governo-Altimari> acessado em 21 de Outubro de 2011

<http://www.slavevoyages.org> acessado em 27 de Outubro de 2011